



**UnB**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

HALANNA FRANCIELY COSTA RABELO

**ABANDONO AFETIVO:  
O DEVER DOS FILHOS INDENIZAR OS PAIS POR DANO MORAL**

BRASÍLIA  
2018

Halanna Franciely Costa Rabelo

**ABANDONO AFETIVO:  
O DEVER DOS FILHOS INDENIZAR OS PAIS POR DANO MORAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Direito da  
Universidade de Brasília, como requisito parcial  
à obtenção do título de Bacharela em Direito.  
Orientador: Prof. Doutor Bruno Corrêa Burini

Brasília  
2018

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente agradeço a Deus, que me sustentou até aqui e me deu ânimo e força quando eu já não conseguia mais ir em frente. Segundo, sou grata aos meus pais, que sempre foram meu suporte e incentivo para estudar, que sempre me apoiaram na busca pelos meus sonhos e objetivos e que sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu desacreditei.

Sou grata também aos meus familiares, em especial a minha avó e minha tia Suelen, que me ajudaram nos últimos meses a enfrentar momentos difíceis.

Ao meu orientador, Dr. Bruno Burini, por toda paciência, orientação e disponibilidade para me ajudar em um espaço de tempo tão curto.

E por último, aos meus amigos, principalmente a Clara Araújo que me incentivou para que essa monografia fosse concluída.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema o abandono afetivo inverso sob a ótica da responsabilidade civil. No primeiro momento, foram abordados os direitos dos idosos no ordenamento jurídico brasileiro. Posteriormente, foi abordado o princípio da afetividade, demonstrando que, no paradigma atual, o afeto é o pilar nas relações familiares. Após uma simples apresentação dos pressupostos da responsabilidade civil, passa-se a análise da ocorrência de dano moral nos casos de abandono afetivo, apresentando as correntes doutrinárias e as duas decisões antagônicas do STJ acerca do tema. Por fim, apresenta-se julgados dos Tribunais de Justiça, especificamente sobre abandono afetivo inverso.

**Palavras-chave:** Abandono Afetivo. Abandono Afetivo Inverso. Princípio da Afetividade. Responsabilidade Civil. Dano Moral.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>2</b> | <b>DIREITOS DOS IDOSOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ....</b> | <b>8</b>  |
| 2.1      | OS DIREITOS DOS IDOSOS .....                                       | 9         |
| 2.2      | O IDOSO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....                              | 11        |
| 2.3      | POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (LEI 8.842/94).....                     | 14        |
| 2.4      | ESTATUTO DO IDOSO.....   | 16        |
| <b>3</b> | <b>O DEVER DE CUIDADO NAS RELAÇÕES FAMILIARES .....</b>            | <b>19</b> |
| 3.1      | DEVERES DOS FILHOS EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS .....                | 20        |
| 3.2      | O AFETO COMO BASE DAS RELAÇÕES FAMILIARES .....                    | 23        |
| <b>4</b> | <b>RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS PERANTE OS PAIS IDOSOS .</b>  | <b>27</b> |
| 4.1      | AÇÃO OU OMISSÃO.....   | 30        |
| 4.2      | ATO ILÍCITO E CULPA.....   | 32        |
| 4.2.1    | Elementos de Culpa.....  | 33        |
| 4.2.2    | Espécies de culpa.....   | 35        |
| 4.3      | NEXO CAUSAL .....  | 37        |
| 4.4      | DANO .....   | 38        |
| 4.5      | RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO DO IDOSO.....         | 40        |
| 4.5.1    | Abandono material x abandono afetivo .....                         | 42        |
| 4.5.2    | Danos morais por abandono afetivo.....                             | 47        |
| <b>5</b> | <b>COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA.....</b>                           | <b>57</b> |
|          | <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>63</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>65</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

ART – Artigo.

CC/02 – Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002).

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CPP – Código Penal (Decreto Leil nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940).

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

EI – Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

ONU – Organização das Nações Unidas.

PL – Projeto de Lei.

PNI – Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994).

RE – Recurso Extraordinário.

RESP – Recurso Especial.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

TJAC – Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

TJPR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

TJRJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema abordado é abandono afetivo e a sua relevância jurídica sob a ótica da responsabilidade civil.

O crescimento da população idosa é fenômeno presente no mundo todo, o aumento da expectativa de vida e a queda da taxa de natalidade são fatores determinantes para a inversão da pirâmide etária. Segundo a ONU, em 2050 a faixa da população mundial com 60 anos ou mais deve atingir 2 bilhões de pessoas.<sup>1</sup>

O crescente envelhecimento populacional evidenciou a discriminação sofrida pelos idosos, que em regra são considerados fardos sociais e por vezes submetidos a maus tratos e abandono no fim da vida. Os recorrentes casos de violência física e psicológica, ocasionados pela sociedade e pelo próprio núcleo familiar do idoso, despertou o olhar do direito para vulnerabilidade desse núcleo social e para a necessidade de proteger essa categoria.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso são os principais diplomas normativos que resguardam os direitos dos idosos, impondo à família e ao Estado o dever de garantir o bem-estar dos idosos e o efetivo exercício da dignidade humana na velhice. A família deve ser o seio de proteção para todos seus integrantes, principalmente aqueles mais vulneráveis. A CF/88 designa aos filhos o dever de amparar os pais na velhice e o EI o dever de protegê-los contra qualquer violação e abuso que possam sofrer.

Infelizmente, mesmo os filhos tendo o dever legal de cuidar dos pais idosos, a realidade brasileira ainda assusta, são inúmeros os casos de abandono material, maus tratos, privação de convívio familiar e vínculo afetivo. Essa ausência de cuidado e afeto contribui para agravamento de enfermidades e quadros depressivos.

Considerando o contexto apresentado, o presente trabalho busca discutir sobre os deveres recíprocos entre pais e filhos instituídos pelo Código Civil de 2002, avaliando a possibilidade de indenização por danos morais nas situações em que os pais foram abandonados afetivamente pelos filhos.

---

<sup>1</sup> ONU. A ONU e as pessoas idosas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

A partir de uma análise dos direitos dos idosos, previstos principalmente no EI e na CF/88, da relevância jurídica do afeto e dos pressupostos da responsabilidade civil, será verificado se a ausência de afeto nas relações familiares constitui violação ao dever legal de cuidado e se é possível ser indenizado pelos danos morais suportados.



## 2 DIREITOS DOS IDOSOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O envelhecimento é um processo natural no ciclo de vida do ser humano, que está ligado as mudanças psicológicas e físicas resultantes da passagem do tempo. Infelizmente, a sociedade associa a imagem da pessoa idosa a qualificações negativas. Ser idoso, para o senso comum, significa tornar-se alguém improdutivo, próximo ao fim da vida e altamente dependente de terceiros.

Segundo Uchoa<sup>2</sup>, o mundo ocidental relaciona a velhice a aspectos negativos, pois sua sociedade é pautada na ideia de produtividade e rendimento. Sendo assim, ser velho está associado a perda da juventude, do dinamismo, da capacidade intelectual. E todas essas perdas resultam na deficiente capacidade de produção.

Mesmo sendo discriminada e indesejada de certo modo, a população idosa tem crescido, tendo em vista o aumento da expectativa de vida populacional, decorrente do desenvolvimento tecnológico.

A Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, em seu parágrafo 1º determina o conceito de pessoa idosa como sendo a “pessoa com idade igual ou superior a 60 anos”. Embora a velhice seja composta por diversos fatores, o texto legal adota um parâmetro objetivo, pautado na idade, para caracterizar a pessoa idosa.

Interessante observar que, conforme as especificações da Organização Mundial de Saúde (OMS), naqueles países classificados como “países em desenvolvimento”, como exemplo o Brasil, interpreta-se que a parcela da população idosa abrange todas as pessoas a partir de 60 anos de idade. Obviamente este limite tende a aumentar naqueles países com maior desenvolvimento, onde geralmente a pessoa é considerada idosa a partir de 65 anos de idade.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> UCHÔA, Elizabeth. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2003, p. 851.

<sup>3</sup> BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000. In: Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e econômica, nº 9. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>. Acesso: 03 abr. 2018.

## 2.1 OS DIREITOS DOS IDOSOS

Se olharmos no cenário internacional, não existe uma normatização específica e unificada sobre a proteção do direito dos idosos. Até os anos 80 o tema não era foco de muito debate, mas a partir de então houve um especial interesse sobre os direitos dessa categoria, tendo em vista o perceptível processo de envelhecimento da população mundial e alteração na pirâmide etária.<sup>4</sup>

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, não aborda de maneira explícita a defesa dos direitos do idoso. Entretanto, o documento foi elaborado visando garantir direitos mínimos pela sua simples condição humana, independente de características de etnia, sexo, idade, nacionalidade ou qualquer outra segregação. Por isso, a DUDH é um instrumento essencial para a discussão sobre os direitos da população idosa.

Mesmo não abordando de modo especial a proteção ao direito do idoso, é possível identificar no artigo 25 da DUDH a preocupação com a segurança na velhice, vejamos:

Artigo XXV: Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.<sup>5</sup>

Em 1982, foi convocada a primeira Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento. Tal ação resultou na elaboração do *Plano Internacional de Viena Sobre Envelhecimento*, que foi estruturado em 62 tópicos, abordando assuntos como saúde, direitos do consumidor idoso, habitação, família, bem-estar social e outros.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> MODENA, Ana Isabel. Os direitos humanos, a proteção jurídica e as ações afirmativas dirigidas aos idosos, p. 386. Disponível em: < [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/02\\_1269.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/02_1269.pdf) >. Acesso em: 15 abr. 2018.

<sup>5</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Artigo XXV. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>6</sup> NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J. M. de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 259-276, June 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180824322011000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322011000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 abr. 2018.

O Plano elaborado teve como eixo central cinco princípios: independência, participação, cuidado, auto-realização e dignidade.<sup>7</sup>

O princípio da independência reforça a necessidade dos governos adotarem políticas que garantam oportunidade de emprego, qualificação, educação para população idosa, para que esse grupo social possa promover a sua própria subsistência e qualidade de vida. O princípio da auto-realização é complementar ao da independência, ele determina que deve ser promovido ao idoso a oportunidade de seu potencial, garantindo o acesso à educação, cultura e recreação, por exemplo. O princípio da participação prevê ações por parte do Estado e de organizações civis para que o idosos tenha voz na sociedade e consiga interagir com as demais gerações transmitindo conhecimento e trocando experiências.

O princípio do cuidado e da dignidade são complementares e indissociáveis. Ao abordar o princípio da dignidade, a ONU discorre que a população idosa não deve suportar qualquer tipo de violência e deve ter garantida uma vida segura, sem explorações ou maus tratos físicos ou psicológicos. Por sua vez o princípio do cuidado, afirma que a família deve assistir o idoso, garantindo uma vida saudável, ativa, participativa e com respeito aos direitos inerentes ao ser humano.

Desde a iniciativa mencionada, surgiu um movimento na sociedade civil em prol da valorização e do respeito ao idoso. O respectivo movimento influenciou a criação da Constituição Cidadã (1988), que se apresenta como um marco constitucional brasileiro a tratar especificamente da proteção jurídica ao idoso, a qual impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar os idosos.<sup>8</sup>

Importante salientar que, mesmo com a iniciativa mencionada, até 1994 não existia no Brasil uma política nacional para os idosos. O que existia eram diversas iniciativas privadas e algumas medidas públicas transformadas em programas destinados aos idosos carentes. Pode-se afirmar que se tratava mais de uma ação assistencial que ainda não era amparada por determinações legislativas oficiais.<sup>9</sup>

Neste contexto, os idosos pleiteavam algum amparo estatal em movimentos sociais orientados pelo Ministério Público, em fóruns e Conselhos de idosos,

---

<sup>7</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>> Acesso em: abr. 2018.

<sup>8</sup> UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A.L. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. Revista A Terceira Idade, São Paulo, v. 16, nº 33, 2005, p.74.

<sup>9</sup> SCHONS, C.R.; PALMA, L.T.S. Política social para a velhice: instrumento de integração ou marginalização social? Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

buscando um posicionamento mais sólido em relação à concretização de ideais democráticos, tais como a conquista de sua cidadania e benefícios específicos para esta faixa da população.<sup>10</sup>

## 2.2 O IDOSO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Federal de 1988 adota a dignidade da pessoa humana como fundamento do ordenamento jurídico brasileiro, em seu preâmbulo esboça a proteção aos direitos sociais, liberdade, segurança, bem-estar, igualdade e outros como valores supremos da sociedade.

O art. 3º da CF/88 dispõe que:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ramos menciona que o referido artigo tem especial valor na busca pela proteção dos direitos dos idosos:

Dentro da nova ordem jurídica construída, a presença desses dispositivos representou um grande avanço no discurso constitucional sobre a velhice, especialmente porque no art. 3º foi explicitamente gravado que a República deve promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza.<sup>11</sup>

Com a nova ordem constitucional surgiu no ordenamento jurídico brasileiro a tutela de novos direitos, voltados para a proteção de setores da sociedade mais vulneráveis e historicamente discriminados, é o caso da população idosa.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> BREDEMEIRE, S.M.L. Conselho do idoso como espaço público. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXIV, n.75, 2008, p. 89.

<sup>11</sup> RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. A Velhice na Constituição. Revista de Direito Constitucional e Internacional, ano 8, n. 30, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan/mar. 2000, p. 98.

<sup>12</sup> LIMA, K.K.F e XAVIER, Y.M.A. A Humanização da Proteção Integral do Idoso no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Congresso: Direitos sociais e políticas públicas III. Organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Terezinha de Oliveira Domingos, Rogério Luiz Nery da Silva, Danielle Anne Pamplona. – Florianópolis : CONPEDI, 2014. Disponível em: <  
<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=88d4d7db55b11ebb>> Acesso em: 02 maio de 2018.

A partir da CF/88, o idoso passou a ser sujeito de direito, com tutela especial no ordenamento jurídico. O título III (Da Ordem Social) da carta constitucional dispõe sobre os direitos dos idosos, no Capítulo II (Da Seguridade Social) e no Capítulo VII (Da família, da criança, do adolescente e do idoso).

No capítulo VII, o Estado, a família e a sociedade são incumbidos do dever legal de amparar as pessoas idosas, a fim de garantir-lhes a participação na comunidade, o bem-estar, a dignidade e o direito à vida.<sup>13</sup>

Além disso, o art. 229 institui o chamado dever de cuidado recíproco:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

No capítulo que trata da seguridade social, temos a seção IV (Da Assistência Social) que dispõe sobre o amparo ao idoso da seguinte maneira:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Os direitos previstos no art. 203 da Constituição de 1988 tiveram sua regulamentação por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93). Dentre os diversos benefícios amparados pela respectiva lei, destaca-se aquele considerado como um dos mais importantes, o *Benefício de Prestação Continuada*, regulamentado em seu artigo 20.

Este benefício consiste no repasse de um salário-mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de sobrevivência, tendo como princípio central de elegibilidade a incapacidade

---

<sup>13</sup> RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. A Velhice na Constituição. Revista de Direito Constitucional e Internacional, ano 8 , n. 30, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan/mar. 2000, p. 98.

para o trabalho, objetivando a universalização dos benefícios, a inclusão social.<sup>14</sup>

O benefício diz respeito ao repasse de um salário-mínimo para as pessoas idosas, de modo a subsidiá-las para que tenham possibilidade de manter suas despesas mais essenciais.

SILVA menciona que há um processo de seletividade existente na LOAS que impede que uma parcela significativa de idosos seja incluída nos benefícios, geralmente por não estarem dentro do patamar de pobreza ou por não possuírem a faixa etária determinada pelos critérios da lei (65 anos), dentre outros motivos. Ante essa realidade, a autora acrescenta:

(...) para ter acesso ao benefício, a pessoa precisa estar numa condição vegetativa enquanto ser humano, embora haja várias formas de deficiências que não permitem a inserção nas relações de trabalho. Reforçando essa assertiva, destacamos que os idosos, pela falta de qualificação e/ou pela estigmatização cultural, são, no geral, menos competitivos no mercado de trabalho, o que não deixa de ser uma “incapacidade”, pois “os capazes” asseguram a própria sobrevivência.<sup>15</sup>

O § 3º do art. 20 da LOAS impõe o seguinte critério para obtenção do benefício assistencial:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

(...)

§3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.<sup>16</sup>

Esse dispositivo foi objeto da ADI nº 1232 e o STF julgou improcedente a ação proposta.

<sup>14</sup> GOMES, A.L. O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços. In: Seminário Internacional: mínimos de cidadania e benefícios a idosos e pessoas deficientes – Brasil, França e Portugal. São Paulo: FAPESP, 2009, p.60-79.

<sup>15</sup> SILVA, Janaína Carvalho da. Da Velhice e assistência social no Brasil. Revista A Terceira Idade. São Paulo: SESC – GETI, v. 17, nº 35, p. 54-64, fev. 2006, p. 56.

<sup>16</sup> BRASIL, Lei nº 7.842. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 07 de dezembro de 1993.

RAMOS, defende que esse critério objetivo, impõe ao idoso um ônus que retarda a efetividade da previsão constitucional:

Para tanto, registrou em norma constitucional um benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, ao velho que não disponha de recursos próprios ou da família para sua manutenção. Quanto a esse dispositivo, a Lei Federal nº 8.742/93, através do § 3º do art. 20, acrescentou um empecilho à sua efetividade, porquanto além de o idoso, consoante a referida Lei, ter de comprovar insuficiência de recursos para sua sobrevivência, terá de provar não possuir sua família renda per capita superior a 1 / 4 do salário mínimo.<sup>17</sup>

Em 2013, o STF apreciou novamente a questão e declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do dispositivo referido acima, no julgamento dos Recursos Extraordinários 567985 e 580963, que tiveram repercussão geral reconhecida.

### 2.3 POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (LEI 8.842/94)

A Política Nacional do Idoso foi oficialmente instituída pela Lei 8.842/94, e foi regulamentada em 3 de junho de 1996 através do Decreto 1.948/96, ela faz uma ampliação dos direitos dos idosos, destacando que desde a LOAS os direitos desta categoria social haviam sido garantidos de forma restrita. Nesse momento, foi oficializado o atendimento ao idoso, de modo a exigir uma reformulação em toda estrutura disponível de responsabilidade do governo e da sociedade civil<sup>18</sup>.

Basicamente a respectiva política é orientada por cinco princípios, previstos em seu art. 3º:

1. **a família**, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
2. o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de conhecimento e informação para todos;
3. o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;

<sup>17</sup> RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. A Velhice na Constituição. Revista de Direito Constitucional e Internacional, ano 8 , n. 30, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan/mar. 2000, p. 99.

<sup>18</sup> COSTA, Lúcia Vânia Abrão. Política Nacional do Idoso: perspectiva governamental. In: Anais do I Seminário Internacional – Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século. Brasília: MPAS, SAS, 2007. p.46-64.

5. as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei.

Os princípios mencionados consideram o convívio familiar, o direito de igualdade, a importância do idoso na sociedade e as diferenças de ordem econômica, social e cultural. A PNI é o instrumento básico que faz determinações precisas a respeito dos deveres públicos em relação ao amparo dos idosos, prevendo a promoção de diversas políticas públicas para garantia efetiva dos direitos dos idosos, conforme demonstrado a seguir:

- a) na promoção e na assistência social, há previsão de ações no sentido de atender as necessidades básicas do idoso, estimulando-se a criação de centros de convivência, centros de cuidados noturnos, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares, além da capacitação de recursos para atendimento do idoso (art. 10, I);
- b) na área de saúde, o idoso deve ter toda assistência preventiva, protetiva e de recuperação por meio do Sistema Único de Saúde; deve ser incluída a geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais (art. 10, II);
- c) na área da educação prevêm-se: a adequação dos currículos escolares com conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos; a inserção da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares no cursos superiores; a criação de programas de ensino destinado aos idosos; o apoio à criação de universidade aberta para a terceira idade;
- d) na área do trabalho e da previdência: impedir a discriminação do idoso, no setor público e privado; programas de preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento; atendimento prioritário nos benefícios previdenciários;
- e) habitação e urbanismo: facilitar o acesso à moradia para o idoso e diminuir as barreiras arquitetônicas;
- f) na área da justiça: promoção jurídica do idoso, coibindo abusos e lesões a seus direitos;
- g) na área da cultura, esporte e lazer: iniciativas para a integração do idoso e, com este objetivo, a redução de preços dos eventos culturais, esportivos e de lazer.<sup>19</sup>

É responsabilidade do poder público atender as necessidades da pessoa idosa no que diz respeito a assistência social, na área de saúde, na educação, na área de trabalho, na habitação, na justiça e na cultura.

---

<sup>19</sup> JULIÃO, Sandra de Oliveira. Os Direitos dos Idosos. Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/promotorias-justica-menu/projid-menu/1539-direitos-dos-idosos>> Acesso em: 20 maio 2018.



O Decreto Federal nº 1.948, de 3 de julho de 1996, regulamenta a lei sobre a Política Nacional do Idoso. Em referida regulamentação, além da repetição dos termos da lei, cabe ressaltar:

- a) a conceituação de assistência asilar e não-asilar para o idoso (arts. 3º, 4º e 17);
- b) a atribuição de tarefas, a cada órgão da administração pública, na execução da política nacional do idoso (arts. 5º a 16);
- c) a proibição da permanência em instituições asilares de idosos portadores de doenças que exijam assistência médica permanente ou de assistência de enfermagem intensiva, cuja falta possa agravar ou por em risco sua vida ou a vida de terceiros (art. 18).<sup>20</sup>

No contexto atual, o Estatuto do Idoso determina categoricamente que haja prioridade absoluta às normas protetivas ao idoso, passando a estabelecer vários mecanismos específicos de proteção, em relação a prioridade no atendimento, até à inviolabilidade física, psíquica e moral da população idosa.<sup>21</sup>

Para dar efetividade às diretrizes da Política Nacional do Idoso, os direitos dessa categoria precisam ser tutelados dentro de um contexto universal, pois a adoção de valores restritivos e inadequados contribuem para intensificação de conflitos negativos e ações discriminatórias em relação a pessoa idosa.<sup>22</sup>

## 2.4 ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso (EI) foi criado com a expectativa de efetivar as garantias previstas na LOAS e na CF/88. A ideia de criar um instrumento normativo para tutelar um grupo social específico, os idosos, deriva da experiência social do ECA.

Composto por 118 artigos, o EI apresenta a seguinte organização:

Título I - Disposições Preliminares;

Título II - Dos Direitos Fundamentais;

Título III - Das Medidas de Proteção;

Título IV - Da Política de Atendimento ao Idoso;

Título V - Do Acesso à Justiça;

Título VI - Dos Crimes;

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> CENEVIVA, Walter. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: a terceira idade nas alternativas da lei. Revista A Terceira Idade. São Paulo: SESC – GETI, v. 17, nº 35, p. 54-64, fev. 2006, p. 13.

<sup>22</sup> Idem.

## Título VII - Disposições Finais e Transitórias;

No primeiro título, que trata das disposições preliminares, apresenta-se o conceito jurídico de idoso e enuncia a garantia dos direitos fundamentais:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

O art. 3º atribui à família e ao Estado o dever de assegurar ao idoso os seguintes direitos: a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, o esporte, o lazer, o trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, o respeito e convivência familiar e comunitária. Esses direitos também são contemplados pela Constituição Federal (CF/88).

No último artigo do título I, a lei recria a submissão do idoso a qualquer tipo de violência ou abandono, declarando que tais condutas serão punidas por lei.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

O Título II trata dos direitos fundamentais, no art. 8º destaca que “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”. A dignidade humana da pessoa idosa é resguardada no EI sempre relacionada com a ideia de respeito e liberdade, conforme previsto no art.10:

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;  
VI – participação na vida política, na forma da lei;  
VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

**§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.**

**§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.**

O legislador buscou garantir a efetividade dos direitos constitucionais aos idosos. Reforçando que o exercício de liberdade da pessoa idosa implica diretamente no direito de ação e participação no contexto social e familiar, além de deixar claro que o respeito ao idoso é a garantia da integridade física, psicológica e moral.

Tendo em vista o objetivo do presente trabalho, não será abordado minuciosamente todos os direitos dispostos no EI, bem como medidas de proteção ou o aspecto criminal da lei. O foco será demonstrar a imputação do dever de cuidado à família do idoso, a fim de comprovar que o descumprimento de tal dever enseja a aplicação das normas de responsabilidade civil, principalmente para reparação de danos morais.

### 3 O DEVER DE CUIDADO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

O Estado tem a obrigação de oferecer proteção à família, por ser ela a base da sociedade segundo a CF/88. A partir deste amparo legal, a família não poderá ser impunemente violada pelo Estado.<sup>23</sup>

Conforme DIAS<sup>24</sup>, “o Estado não tem apenas o dever de se abster de praticar atos que atentem contra a dignidade humana, mas sim ser responsável por ações positivas”. Por esse motivo, a legislação normatiza sobre o cuidado inerente as relações familiares, atribuindo direitos e deveres recíprocos entre os sujeitos dessas relações.

A Constituição Federal de 1998, dispõe em seu art. 229 sobre os deveres entre pais e filhos:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Adotando a entidade familiar como base da sociedade<sup>25</sup>, a CF/88 preocupou-se em declarar expressamente que não só os pais têm o dever de cuidar dos filhos, mas estes têm também o dever constitucional de amparar seus pais, isso como forma de efetivar a garantia do direito à uma velhice digna.

O Código Civil, lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, também trata do dever recíproco de cuidado entre pais e filhos, quando prevê em seu art. 1.696 sobre a prestação de alimentos:

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

---

<sup>23</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 307, 10 maio 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5201>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

<sup>24</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 45.

<sup>25</sup> “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 05 maio. 2018.

Em síntese, o que se percebe na análise dos preceitos enunciados no texto é que a legislação procura assegurar que os filhos tenham para com os pais as mesmas obrigações que os pais tiveram com seus filhos, antes da velhice.

### 3.1 DEVERES DOS FILHOS EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS

O dever dos filhos em relação aos pais idosos está amparado em todos os dispositivos legais anteriormente mencionados, uma vez que a família é sempre designada a amparar o idoso. O EI afirma que:

Art.3º É **obrigação da família**, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

(...)

V – **priorização do atendimento ao idoso por sua própria família**, em detrimento do atendimento asilar exceto dos que não a possuam, ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

A norma coloca a família como a entidade principal a ser convocada a responsabilidade pelo zelo e cuidado do idoso, para que seus direitos sejam cumpridos na sua íntegra. Em sequência são apontados como responsáveis obrigatórios, a comunidade, a sociedade e o Poder Público.

Tal obrigação também é respaldada pela própria Carta Magna brasileira, em seu art. 230, conforme segue:

Art. 230 **A família**, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo **sua dignidade** e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A Constituição e o EI preocupam-se em garantir ao idoso o convívio social e familiar, por ser essa a melhor forma de garantir uma velhice digna e saudável. A manutenção dos laços familiares é reforçada pelo EI em diversos momentos, o art. 37, por exemplo, dispõe:

Art. 37. O idoso tem direito à moradia digna, **no seio da família natural** ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

A responsabilidade dos filhos decorre dos princípios assegurados pela própria Constituição Federal, como exemplo, a dignidade da pessoa humana e a solidariedade. A partir da dignidade da pessoa humana são elencados todos os direitos inerentes a condição humana: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, etc.<sup>26</sup>

O princípio da dignidade da pessoa humana no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, é o princípio basilar do Estado. É um valor supremo, inerente a condição humana, independe de qualquer qualificação específica da pessoa, o simples fato de ser humano garante ao sujeito direitos mínimos e invioláveis. Atualmente esse princípio é elemento central nas discussões do Direito de Família, sendo recurso argumentativo para a resolução de diversos conflitos no âmbito das relações familiares.<sup>27</sup>

A dignidade da pessoa humana deve ser usada como base nas relações familiares, pois é indispensável para o desenvolvimento de cada ente familiar, nesse sentido leciona DIAS:

A dignidade da pessoa humana encontra na família o solo apropriado para florescer. A ordem constitucional dá-lhe especial proteção independentemente de sua origem. A multiplicação das entidades familiares preserva e desenvolve as qualidades mais relevantes entre familiares – o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projeto de vida em comum, permitido o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe com base em ideais pluralistas, solidaristas, democráticos e humanistas.<sup>28</sup>

Outro princípio estrutural no direito de família é o da solidariedade. Em verdade, a dignidade humana e a solidariedade são princípios pares e indissociáveis para a organização social, política, cultural e jurídica. No direito de família, de um lado temos à valoração da dignidade humana e de outro a busca de sua concretização, através

<sup>26</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, 2007, v.7.

<sup>27</sup> TARTUCE, Flávio. **Novos princípios do Direito de Família brasileiro**. 2006. Disponível em: <<http://ambitojuridico.com.br>> . Acesso em: 1 abr. 2018.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 66.

de deveres de cada pessoa com as demais, a fim de garantir de maneira harmoniosa suas dignidades.<sup>29</sup>

O princípio da solidariedade rege as relações no âmbito familiar e deve estar presente entre pais e filhos. Para LÔBO, a solidariedade familiar no mundo dos fatos decorre da convivência entre pessoas que compartilham afetos e responsabilidades. Já no plano jurídico, a solidariedade, enquanto princípio constitucional, fez surgir direitos e deveres entre membros de um grupo familiar, tutelados tanto pela CF/88 quanto pela legislação infraconstitucional.<sup>30</sup>

Nesse sentido dispõe a CF/88:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Os filhos têm o dever de cuidar dos pais na velhice como forma de garantir a dignidade deles. O cuidado tem valor jurídico pautado no princípio da solidariedade e os diplomas que tutelam grupos vulneráveis, como o ECA e o EI, o destacam como dever principal nas relações de família. Assim entende LÔBO:

O cuidado, sob o ponto de vista do direito, recebe a força subjacente do princípio da solidariedade, como expressão particularizada desta. O direito positivo tem avançado, procurando estabelecer teias legais de solidariedade para os que são considerados juridicamente vulneráveis nos âmbitos do direito de família ou conexos, a saber, as crianças e os adolescentes (ECA), os idosos (Estatuto do Idoso), as vítimas de violência doméstica (Lei Maria da Penha), os necessitados de alimentos (legislação específica). Quando o direito se depara com o protagonista que presume vulnerável, confere-lhe proteção, mediante catálogo de direitos preferenciais, ou pela interpretação necessariamente favorável, quando em colisão com o direito de outrem.<sup>31</sup>

A partir dessa percepção, se considera que a família tem o dever legal de cuidado com o idoso, tendo os filhos a responsabilidade civil de promover e garantir uma velhice digna aos pais. Importante ressaltar que a solidariedade familiar não é apenas patrimonial, ela é também afetiva e psicológica, o que demanda que nas relações familiares estejam presentes o respeito e a consideração de forma mútua.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. Princípio da Solidariedade Familiar. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: IBDFAM, Del Rey, 2007,

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> TARTUCE, Flávio. **Novos princípios do Direito de Família brasileiro**. 2006. Disponível em: <<http://ambitojuridico.com.br>> . Acesso em: 1 abr. 2018.

### 3.2 O AFETO COMO BASE DAS RELAÇÕES FAMILIARES

A Constituição Federal de 1988, trouxe mudanças significativas para o direito de família. O constituinte preocupou-se em declarar a família como base da sociedade e garantir para ela especial proteção do Estado. Além disso, a carta magna propôs um modelo de entidade familiar mais inclusivo e equalitário, acabando com a diferença entre filhos tidos dentro e fora do casamento, reconhecendo as famílias monoparentais, as uniões estáveis como entidade familiar e equiparando os direitos entre homens e mulheres.

As entidades familiares são reflexo do contexto social em que estão inseridas, desse modo a CF/88 buscou acompanhar as mudanças estruturais que a família sofreu ao longo dos anos. A visão tradicional de família estava vinculada a ideia do matrimônio e aos laços biológicos entre os constituintes de um núcleo familiar. A nova ordem constitucional passou a vincular a noção de família a afetividade.

A afetividade é tratada por parte da doutrina e jurisprudência como um princípio constitucional, sobre o tema ensina Paulo Lôbo:

Recebeu grande impulso dos valores consagrados na Constituição de 1988 e resultou da evolução da família brasileira, nas últimas décadas do século XX, refletindo-se na doutrina jurídica e na jurisprudência dos tribunais. O princípio da afetividade especializa, no âmbito familiar, os princípios constitucionais fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da solidariedade (art. 3º, I), e entrelaça-se com os princípios da convivência familiar e da igualdade entre cônjuges, companheiros e filhos, que ressaltam a natureza cultural e não exclusivamente biológica da família.<sup>33</sup>

Flávio Tartuce afirma que “mesmo não constando a expressão afeto do Texto Maior como sendo um direito fundamental, pode se afirmar que ele decorre da valorização constante da dignidade humana e da solidariedade”.<sup>34</sup>

Na legislação infraconstitucional o art. 1.593 do Código Civil de 2002 enuncia que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”, deixando evidente que a possibilidade da configuração do parentesco através do afeto. Tal entendimento foi firmado no enunciado 103, da I Jornada de Direito Civil.

O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há

<sup>33</sup> LÔBO, Paulo. Direito civil : famílias— 4. ed. — São Paulo : Saraiva, 2011, p. 70 e 71.

<sup>34</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. — Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 769.



também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho.<sup>35</sup>

A jurisprudência tem uma importante atuação no reconhecimento da importância jurídica do afeto no ordenamento jurídico brasileiro. Vejamos, por exemplo, um trecho do voto da Ministra Nancy Andrighi, no julgamento do Resp. 1.026.981/RJ, que tratava do reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo:

A quebra de paradigmas do Direito de Família tem como traço forte a valorização do afeto e das relações surgidas da sua livre manifestação, colocando à margem do sistema a antiga postura meramente patrimonialista ou ainda aquela voltada apenas ao intuito de procriação da entidade familiar. Hoje, muito mais visibilidade alcançam as relações afetivas, sejam entre pessoas de mesmo sexo, sejam entre o homem e a mulher, pela comunhão de vida e de interesses, pela reciprocidade zelosa entre os seus integrantes. Deve o juiz, nessa evolução de mentalidade, permanecer atento às manifestações de intolerância ou de repulsa que possam porventura se revelar em face das minorias, cabendo-lhe exercitar raciocínios de ponderação e apaziguamento de possíveis espíritos em conflito. A defesa dos direitos em sua plenitude deve assentar em ideais de fraternidade e solidariedade, não podendo o Poder Judiciário esquivar-se de ver e de dizer o novo, assim como já o fez, em tempos idos, quando emprestou normatividade aos relacionamentos entre pessoas não casadas, fazendo surgir, por consequência, o instituto da união estável. A temática ora em julgamento igualmente assenta sua premissa em vínculos lastreados em comprometimento amoroso.<sup>36</sup>

No mencionado voto, a ministra sabiamente evidencia a ruptura do direito de família com a visão patrimonialista e formal de núcleo familiar e ressalta a importância das relações afetivas. O ministro Luiz Fux do STF, em seu voto no RE 898.060/SC, aborda também essa mudança de paradigma apresentado pela CF/88:

A Constituição de 1988 promoveu verdadeira revolução no campo do Direito de Família. Sabe-se que, sob a égide do Código Civil de 1916, a família era centrada no instituto do casamento, vínculo indissolúvel e objeto de especial proteção da lei. Era estabelecida vetusta distinção entre filhos legítimos,

<sup>35</sup> Jornadas de direito civil I, III, IV e V : enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

<sup>36</sup> STJ - REsp: 1026981 RJ 2008/0025171-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 04/02/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2010. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

legitimados e ilegítimos, baseando-se a filiação na rígida presunção de paternidade do marido (*pater is est quem nuptiae demonstrant*). O paradigma de então não era nem o afeto entre os familiares, nem sequer a origem biológica, mas sim a presunção baseada na centralidade do casamento.

Ocorre que, com o passar dos anos, a sociedade evoluiu e novas formas de organização familiar à margem do casamento começaram a proliferar. Sociedades de fato, uniões estáveis, coabitações concubinárias, famílias monoparentais, entre outras estruturas familiares passaram a se tornar cada vez mais frequentes.<sup>37</sup>

Diversos são os julgados do STJ que podemos identificar a acolhida do princípio da afetividade, como constituinte de relações familiares. Em 2016 o referido tribunal, ao julgar o RESP 1677903/SP deferiu o pedido de guarda póstuma, reconhecendo o animus do adotante com base na longa relação de afetividade com o adotado, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DA ALÍNEA A DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO QUE PERMITE A COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. ADOÇÃO PÓSTUMA. POSSIBILIDADE. GUARDA DE MENOR. PEDIDO DE AUTORIA DA AVÓ. FALECIMENTO DA AUTORA NO CURSO DO PROCESSO. INTENÇÃO INEQUÍVOCA DE OBTENÇÃO DA GUARDA. LAÇO DE AFETIVIDADE ENTRE OS ENVOLVIDOS. POSSIBILIDADE DO DEFERIMENTO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EFEITO DA CONCESSÃO.

1. Muito embora não se tenha indicado a alínea a do permissivo constitucional, a fundamentação e a perfeita indicação de artigos tidos por violados permitiram o conhecimento do recurso especial. 2. A Lei n. 8.069/1990, em seu art. 42, § 6º, estabelece que "a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença". 3. Em situações excepcionais, em que demonstrada a inequívoca vontade em adotar, diante da longa relação de afetividade, pode ser deferida adoção póstuma ainda que o adotante venha a falecer antes de iniciado o processo de adoção. 4. Impõe-se especial atenção à condição peculiar da criança como pessoa em desenvolvimento, devendo o julgador nortear-se pela prevalência dos interesses do menor sobre qualquer outro bem ou interesse juridicamente tutelado. 5. A guarda é um complexo de direitos e deveres que uma pessoa, ou mais de uma, exerce em relação a uma criança ou adolescente, consistindo na mais ampla assistência à sua formação moral, educação, diversão e cuidados para com a saúde, bem como toda e qualquer diligência que se apresente necessária ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. 6. O § 2º do art. 33 do ECA prevê, na primeira parte o preceito, a possibilidade do deferimento da guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender situações peculiares, como nos casos de guarda requerida por parentes próximos, com a concordância dos pais; ou da guarda especial, quando inexistente fundamento legal para a suspensão ou

<sup>37</sup> STF - RE: 898.060 / SC TJSC 2012/0385259, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 22/09/2016, PLENÁRIO, Data de Publicação: DJe 23/08/2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

destituição do pátrio poder e visando a suprir a falta eventual dos pais ou responsáveis, ou falecidos ou com paradeiro ignorado. 7. No caso dos autos, no interesse maior da criança, impõe-se o reconhecimento da guarda à "avó", de quem a criança recebia afeto desde o nascimento e que promovia a concretização de todos os demais cuidados básicos à sua existência, sendo o fim precípua do processo garantir vida com dignidade à menor especial. 8. A finalidade meramente "previdenciária" não pode ser o objetivo da pretendida modificação de guarda. Ao revés, a outorga de direitos previdenciários em razão da colocação do petiz sob a guarda de outrem é apenas uma de suas implicações. 9. Como sói acontecer em processos desta natureza, vale dizer, em que se controvertem direitos da criança e do adolescente, o princípio do maior interesse é, de fato, o vetor interpretativo a orientar a decisão do magistrado. 10. Recurso especial provido para o deferimento do pedido de guarda póstuma. (STJ - REsp: 1677903 SP 2016/0174219-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/11/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/03/2018)<sup>38</sup>

No cenário atual, a afetividade pode ser vista tanto como fator constituinte de relações, conforme demonstrado nos julgados supramencionados, quanto como um dever legal e constitucional imposto aos integrantes de uma entidade familiar. Esse segundo aspecto será abordado posteriormente.

---

<sup>38</sup> STJ - REsp: 1677903 SP 2016/0174219-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/11/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/03/2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/553374991/recurso-especial-resp-1677903-sp-2016-0174219-0>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

#### 4 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS PERANTE OS PAIS IDOSOS

Segundo GONÇALVES, a palavra “responsabilidade” origina-se do latim *respondere*, que encerra a ideia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado.<sup>39</sup>

Responsabilidade civil consiste na obrigação que uma pessoa tem de indenizar a outra pessoa por danos causados. O dano pode ser ocasionado pela própria pessoa ou por terceiros que dela dependem. Neste sentido, a responsabilidade civil tem por objetivo principal a aplicação de medidas indenizatórias em situações que envolvam algum tipo de dano patrimonial ou moral causado a outrem, advindo este de uma responsabilidade civil subjetiva ou objetiva.<sup>40</sup>

Para TARTUCE, a responsabilidade civil surge em face do descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra estabelecida em um contrato, ou por deixar determinada pessoa de observar um preceito normativo que regula a vida.<sup>41</sup>

A doutrina classifica a responsabilidade civil em: contratual e extracontratual. Na responsabilidade contratual o dever de indenizar decorre da violação de um contrato pré-estabelecido, já na responsabilidade extracontratual o dever de indenizar decorre do descumprimento de um dever legal.

O jurista Flávio Tartuce resume a dicotomia da seguinte forma:

Em resumo, quanto à origem, a responsabilidade civil admite a seguinte classificação:

Responsabilidade civil contratual ou negocial – nos casos de inadimplemento de uma obrigação, o que está fundado nos artigos 389, 390 e 391 do atual Código Civil. Como visto no capítulo anterior desta obra, o art. 389 trata do descumprimento da obrigação positiva (dar e fazer). O art. 390, do descumprimento da obrigação negativa (não fazer). O art. 391 do atual Código consagra o princípio da responsabilidade patrimonial, prevendo que pelo inadimplemento de uma obrigação respondem todos os bens do devedor. Repise-se, mais uma vez, que apesar da literalidade do último comando, deve ser feita a ressalva de que alguns bens estão protegidos pela impenhorabilidade, caso daqueles descritos no art. 649 do CPC. Cite-se o exemplo contemporâneo do bem de família, inclusive de pessoa solteira (Súmula 364 do STJ). Responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana – pelo Código Civil de 1916 estava fundada no ato ilícito (art. 159). No Código

---

<sup>39</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil — 7. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012, p. 40.

<sup>40</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, v. 7, 2012, p. 509.

<sup>41</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. — Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 423.

Civil de 2002 está baseada no ato ilícito (art. 186) e no abuso de direito (art. 187).<sup>42</sup>

Sobre o mesmo tema CAVALIERE discorre que:

É com base nessa dicotomia que a doutrina divide a responsabilidade civil em contratual e extracontratual, isto é, de acordo com a qualidade da violação. Se preexiste um vínculo obrigacional, e o dever de indenizar é consequência do inadimplemento, temos a responsabilidade contratual, também chamada de ilícito contratual ou relativo; se esse dever surge em virtude de lesão a direito subjetivo, sem que entre o ofensor e a vítima preexista qualquer relação jurídica que o possibilite, temos a responsabilidade extracontratual, também chamada de ilícito aquiliano ou absoluto.<sup>43</sup>

Outra importante classificação divide a responsabilidade civil entre objetiva e subjetiva. A responsabilidade subjetiva está pautada no elemento culpa, ou seja, o dever de indenizar surge para o causador do dano se este agiu com dolo ou culpa. Já na responsabilidade objetiva, o dever de indenizar independe de culpa, havendo o dano e o nexo de causalidade, quem causou o dano deve reparar.<sup>44</sup>

De acordo com o ordenamento brasileiro, um indivíduo pode ser responsabilizado civilmente não só por condutas próprias, neste aspecto, a lei civil abrange três situações:

1) Responsabilidade civil por ato próprio: baseada no artigo 186 do novo CC, que apresenta a definição de ato ilícito, conforme segue:

Art. 186 Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

2) Responsabilidade civil por ato de terceiro: nesta situação a obrigação indenizatória pelos danos causados a vítima não será da pessoa que causou o evento danoso, mas da pessoa que seja responsável por esta, ou seja, que possua um vínculo de subordinação.

O artigo 932 especifica aquelas situações em que pode haver responsabilidade por ato de terceiro:

---

<sup>42</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 394.

<sup>43</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 38.

<sup>44</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil — 7. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012, p. 46.

- I – Os pais pelos filhos menores, que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- II – O tutor e o curador pelos pupilos e curatelados, que se achem nas mesmas condições;
- III- O empregador ou comitente pelos seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;
- IV – Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- V – Os que gratuitamente houverem participado do produto do crime até a concorrente quantia.

O texto anterior exemplifica as situações que autorizam responsabilização de atos cometidos por terceiros, sendo os casos envolvendo pais pelos filhos menores, o tutor ou curador pelos pupilos, o empregador por seus empregados, os donos de instituições de hospedagem e aqueles que participaram de produto de crime.

3) Responsabilidade civil pelo fato da coisa: se refere aos danos causados pelas coisas ou objetos que estavam sob a guarda ou proteção de alguém. Neste sentido, Diniz afirma que a responsabilidade “ é a obrigação de reparar um dano, seja por decorrer de uma culpa ou de outra circunstância legal que a justifique, como a culpa presumida, ou por uma circunstância meramente objetiva”.<sup>45</sup>

Para RODRIGUES, a responsabilidade civil consiste na “obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependem”.<sup>46</sup>

No presente trabalho será abordada a responsabilidade civil subjetiva, extracontratual e por ato próprio, pois, conforme será demonstrado, o dever de indenizar em casos de abandono afetivo decorre da violação de uma obrigação legal, onde o agente mediante culpa não cumpri com o dever legal de cuidado. Sendo assim, o tema será abordado sob a ótica dos artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002:

Artigo 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Artigo 927. Aquele que, por ato ilícito (artigos. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Inexiste um consenso na doutrina sobre os pressupostos da responsabilidade civil. TARTUCE explana em sua obra sobre a divergência:

<sup>45</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, 2012, v.7. p. 39.

<sup>46</sup> RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 4, p. 6.

Não há unanimidade doutrinária em relação a quais são os elementos estruturais da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar. Assim, será buscado nos entendimentos dos autores brasileiros algo próximo de uma unanimidade. Vejamos:

Maria Helena Diniz aponta a existência de três elementos, a saber: a) existência de uma ação, comissiva ou omissiva, qualificada juridicamente, isto é, que se apresenta como ato ilícito ou lícito, pois ao lado da culpa como fundamento da responsabilidade civil há o risco; b) ocorrência de um dano moral ou patrimonial causado à vítima; c) nexo de causalidade entre o dano e a ação, o que constitui o fato gerador da responsabilidade.

Sílvio de Salvo Venosa leciona que quatro são os elementos do dever de indenizar: a) ação ou omissão voluntária; b) relação de causalidade ou nexo causal, c) dano e d) culpa.

Carlos Roberto Gonçalves leciona que são quatro os pressupostos da responsabilidade civil: a) ação ou omissão; b) culpa ou dolo do agente; c) relação de causalidade; d) dano.

Para Sérgio Cavalieri Filho são três os elementos: a) conduta culposa do agente; b) nexo causal; c) dano.<sup>47</sup>

Adiante serão abordados os seguintes pressupostos:

- a) ação ou omissão;
- b) culpa;
- c) nexo causal;
- d) dano.

#### 4.1 AÇÃO OU OMISSÃO

Sérgio Cavaliere afirma que “entende-se, pois, por conduta o comportamento humano voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas”<sup>48</sup>.

O critério essencial estabelecido pela legislação para a caracterização da responsabilidade civil, consiste no fato de que o prejuízo causado deve advir de conduta humana (comissiva ou omissiva), violadora de um dever contratual, legal ou social.<sup>49</sup>

Neste sentido, complementa a compreensão do conceito Diniz, ao afirmar que:

<sup>47</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 380.

<sup>48</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 47.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 4, p. 14.

**A ação, elemento constitutivo da responsabilidade, vem a ser o ato humano, comissivo ou omissivo**, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado.

A ação, fato gerador da responsabilidade, poderá ser ilícita ou lícita. A responsabilidade decorrente de ato ilícito baseia-se na ideia de culpa, e a responsabilidade sem culpa funda-se no risco, que se vem impondo na atualidade, principalmente ante a insuficiência da culpa para solucionar todos os danos. O comportamento do agente poderá ser uma comissão ou uma omissão. **A comissão vem a ser a prática de um dever de agir ou da prática de certo ato que deveria realizar-se.**<sup>50</sup>

O comportamento comissivo caracteriza-se pela execução de uma ação que resulta em dano, o comportamento que enseja o dano é exteriorizado, por se tratar de uma conduta positiva. Sobre o tema Cavaliere:

Consiste, pois, a ação em um movimento corpóreo comissivo, um comportamento positivo, como a destruição de uma coisa alheia, a morte ou lesão corporal causada em alguém, e assim por diante. Já, a omissão, forma menos comum de comportamento, caracteriza-se pela inatividade, abstenção de alguma conduta devida.<sup>51</sup>

No momento em que uma ação ou omissão de um indivíduo contraria um dever legal, contratual ou social e causa dano a outrem, resta caracterizada a obrigatoriedade de indenização. A este respeito trata Sampaio:

Embora de difícil visualização, o comportamento omissivo pode gerar a obrigação de reparar o dano. **Para que o comportamento omissivo ganhe essa relevância, faz-se necessário que se tenha presente o dever jurídico de praticar determinado fato (de não se omitir) e que do descumprimento desse dever de agir advenha o dano (nexo de causalidade).** Esse dever de agir pode decorrer de lei (dever de prestar socorro às vítimas de acidente imposto a todo condutor de veículo – art. 175, XVI, do Reg. do CTB), de convenção (pessoa que assume a guarda, vigilância ou custódia de outra e omite-se no desempenho das obrigações delas decorrentes) ou da própria criação de alguma situação de perigo (criada a situação de perigo, surge a obrigação de quem a gerou de afastá-la).<sup>52</sup>

Por se tratar de uma conduta negativa do agente capaz de gerar danos na esfera jurídica de terceiros, para fins de responsabilização, só resta configurada a omissão juridicamente relevante para o direito civil, quando esta infringe um dever

<sup>50</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, 2012, v.7. p. 39-40.

<sup>51</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil-10. ed.- São Paulo: Atlas, 2012. p. 24.

<sup>52</sup> SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. Direito Civil: responsabilidade civil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Série fundamentos jurídicos)



legal estipulado. Uma pessoa só pode ser responsabilizada por uma conduta omissiva se ela tiver o dever legal de agir e não o fizer.

Sobre o tema disciplina CAVALIERE:

Somente os pais, por exemplo, respondem, civil e penalmente, pela omissão alimentar dos filhos, porque a eles cabe o dever legal de alimentá-los; somente o médico contratado pelo paciente, ou que está adstrito ao atendimento, responde pela falta desse atendimento, porque assumiu a posição de garantidor (ou garante) da não ocorrência do resultado, e assim por diante.<sup>53</sup>

A CF/88 e o EI imputam os deveres à família de amparo material, moral e afetivo, visando garantir a preservação dos direitos personalíssimos do idoso. De fato, os filhos possuem a obrigação legal e constitucional de prestar assistência emocional aos pais, e essa assistência envolve o afeto, cuidado e amor.<sup>54</sup>

Nesse contexto, quando se discute a possibilidade de reparação civil por abandono afetivo a conduta do agente é omissiva, pois resta configurada a negligência do dever de cuidado e amparo juridicamente imposto. É conveniente salientar que o ato omissivo integra apenas um dos itens para a configuração da responsabilidade civil, sendo necessário a coexistência dos demais elementos para que surja a obrigação de indenizar.

## 4.2 ATO ILÍCITO E CULPA

O artigo 186 do Código Civil de 2002<sup>55</sup>, prevê a configuração do ato ilícito, sempre que o agente ocasione dano a outrem e a sua conduta esteja revestida de dolo ou culpa. O fator relevante é a culpa lato sensu para configuração do ilícito civil. Entretanto, a legislação prevê nos artigos 944 e 945 do CC/02 a possibilidade de ponderação da fixação do quantum indenizatório com base no animus do agente, é a chamada *redução equitativa da indenização*.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 47.

<sup>54</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 184. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

<sup>55</sup> Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

<sup>56</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 384.

Nos ensinamentos de TARTUCE podemos compreender o dolo da seguinte maneira:

O dolo constitui uma violação intencional do dever jurídico com o objetivo de prejudicar outrem. Trata-se da ação ou omissão voluntária mencionada no art. 186 do CC. Nos termos do que consta do art. 944, caput, do Código Civil, presente o dolo, vale a regra do princípio da reparação dos danos, o que significa que todos os danos suportados pela vítima serão indenizados. Isso porque, presente o dolo do agente, em regra, não se pode falar em culpa concorrente da vítima ou de terceiro, a gerar a redução por equidade da indenização.<sup>57</sup>

De modo geral, a configuração ou não do dever de indenizar depende de um olhar minucioso para o caso concreto, analisando se o agente poderia ou deveria ter agido de modo diferente. Portanto:

o ato ilícito qualifica-se pela culpa. Não havendo culpa, não haverá, em regra, qualquer responsabilidade. O CC, em seu art. 186, ao se referir ao ato ilícito, prescreve que este ocorre quando alguém por ação ou omissão voluntária (dolo), negligência ou imprudência (culpa), viola direito ou causa dano, ainda que exclusivamente moral, a outrem, em face do que será responsabilizado pela reparação dos prejuízos. Estabelece esse diploma legal o ilícito como fonte da obrigação de indenizar danos causados à vítima. Logo, a lei impõe a quem o praticar o dever de reparar o prejuízo resultante.<sup>58</sup>

O texto supracitado deixa claro que a culpa, em sentido amplo, é elemento indispensável para que seja imputado o dever de indenizar ao causador do dano. Nesse contexto, quando falamos sobre abandono afetivo, na maioria dos julgados podemos identificar a configuração da culpa em sentido estrito, onde os familiares agem de maneira imprudente ou negligente, tendo em vista a falta de cuidado, atenção e diligências afetivas.

#### **4.2.1 Elementos de Culpa**

CAVALIERE destaca alguns elementos fundamentais para configuração da culpa:

---

<sup>57</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p.383.

<sup>58</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, 2012, v.7. p. 40.

1- Conduta voluntária com resultado involuntário: parte-se da vontade de praticar determinado comportamento (ação humana voluntária), mas sem a intenção de provocar o resultado danoso.

2- Previsão e previsibilidade: inicialmente, tem-se que, embora não haja a intenção do resultado, ele é previsto pelo agente, podendo ser mentalmente antevisto (previsão). Nesse caso, diz-se segundo os penalistas, que se está diante da chamada culpa consciente que ao dolo se aproxima. Não havendo previsão, para a caracterização da culpa, o resultado deve ser ao menos previsível, ou seja, possível de ser previsto pelo homem médio. Caso contrário, estar-se-ia na fronteira do caso fortuito ou de força maior.

3- Falta de cuidado: consiste justamente em falhar no cumprimento do dever de agir com as cautelas necessárias, exigíveis de um homem médio. Isto é, atingiu-se o resultado danoso, previsto ou previsível, porque o agente não tomou as cautelas necessárias para evitá-lo. E essa falta de cautela é expressa pela imprudência, negligência e imperícia. Simplificando, caracteriza-se a imprudência por um comportamento descuidado e positivo (condutor que dirige com excesso de velocidade). A negligência, por sua vez, vem retratada por um comportamento omissivo (acidente causado por falta de conservação do veículo). Por último, a imperícia vem retratada pela falta de habilidade técnica, que, no caso específico, era de se exigir do autor (médico que comete um erro grosseiro ao diagnosticar uma doença).<sup>59</sup>

Conforme abordado anteriormente, no dolo o agente pratica conscientemente o ato e deseja o resultado ilícito, mas na culpa o agente apenas deseja o ato, mas não o resultado. Ou seja, os elementos pertinentes à culpabilidade são aqueles relacionados a conduta voluntária, que descumpre um dever legal, com resultado involuntário, sejam eles previsto ou não.

Sobre a distinção entre imprudência, negligência e imperícia, CAVALIERE ensina:

A imprudência é falta de cautela ou cuidado por conduta comissiva, positiva, por ação. Age com imprudência o motorista que dirige em excesso de velocidade, ou que avança o sinal. Negligência é a mesma falta de cuidado por conduta omissiva. Haverá negligência se o veículo não estiver em condições de trafegar, por deficiência de freios, pneus etc. O médico que não toma os cuidados devidos ao fazer uma cirurgia, ensejando a infecção do paciente, ou que lhe esquece uma pinça no abdômen, é negligente. A imperícia, por sua vez, decorre de falta de habilidade no exercício de atividade técnica, caso em que se exige, de regra, maior cuidado ou cautela do agente. Haverá imperícia do motorista que provoca acidente por falta de habilitação. O erro médico grosseiro também exemplifica a imperícia.<sup>60</sup>

<sup>59</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. Rio de Janeiro, Malheiros, 2010, p. 124.

<sup>60</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 60.

Importante destacar que tanto na imprudência quanto na negligência temos a falta de cuidado na conduta do agente. As condutas negligentes são apontadas por MULLER como uma das formas de violência que mais atinge a população idosa:

A negligência: refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários a pessoa idosa, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. É uma das formas de violência contra a pessoa idosa mais presente no país, se manifesta tanto no âmbito doméstico quanto institucional, frequentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade.<sup>61</sup>

De acordo com dados do *Disque 100*<sup>62</sup>, balanço 2011 a 2017, no ano passado, das denúncias recebidas sobre violações contra idosos 76,84% configuram casos de negligência, que abarcam as situações de abandono, falta de amparo, falta de cuidados com higiene, ausência de alimentação adequada e outros.<sup>63</sup>

Esse balanço revela, em números, a realidade cruel e indigna que a população idosa está exposta, é inegável que a ausência de afeto e cuidado nas condutas familiares é responsável por esse contexto degradante. A violação do dever de cuidado com os idosos deve ser reprimida e a responsabilidade civil pode desempenhar importante papel para isso.

#### 4.2.2 Espécies de culpa

De acordo com o CC/02, em relação as espécies de culpa, podemos identificar as seguintes categorias:

1. Grave: quando a violação do dever de cuidado é manifesta e, portanto, imprópria ao comum dos homens. Doutrinariamente, sustenta-se que ao dolo se equipara. Foi muito invocada nos casos de acidente automobilístico.
2. Leve: intermediária, é aquela em que o dano poderia ter sido evitado, se tivesse agido o autor com atenção ordinária, comum ao homem médio.
3. Levíssima: consiste em conduta provocadora de um dano que só poderia ser evitado com atenção extraordinária, exigindo-se especial habilidade ou

<sup>61</sup> MULLER, Eliane Fransieli. A violência intrafamiliar contra o idoso: um estudo no contexto do CIAPREVI – Florianópolis/SC. 2008. 109 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 61.

<sup>62</sup> Serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos, que recebe denúncias sobre violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem a população mais vulnerável.

<sup>63</sup> Balanço disponível em: < <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100> >. Acesso em: 10 maio 2018.

conhecimento do agente. Geralmente, exterioriza-se por intermédio de um comportamento imperito.<sup>64</sup>

Considerando o texto supramencionado, sob a ótica da gravidade, classifica-se a culpa em três níveis, que são: grave, leve e levíssima.

Em regra, a indenização deve ser fixada avaliando a extensão do dano, de acordo com o princípio da indenização integral, e não pela gravidade da conduta do agente. Entretanto, o parágrafo único do art. 944 do CC de 2002<sup>65</sup>, mitigou tal princípio e conferiu ao juiz a possibilidade de ponderar o quantum indenizatório com base na proporcionalidade entre a gravidade da culpa e o dano ocasionado.

Existem outras classificações abordadas pela doutrina, alguns autores, como VENOSA<sup>66</sup>, definem as espécies de culpa conforme as seguintes classes:

- a) Culpa in eligendo, a falta de cuidado vem expressa na má escolha de determinada pessoa, quando presente entre elas vínculo de subordinação (patrão que escolhe mal seu empregado, possibilitando a este à prática de determinado ato ilícito);
- b) Culpa in vigilando, o descuido caracteriza-se pela inobservância do dever de vigiar determinada pessoa sujeita à fiscalização (pai em relação a ato do filho);
- c) Culpa in custodiando vem retratada na falta de atenção da pessoa com as coisas ou animais que estão sob sua guarda (responsabilidade pelo fato da coisa ou do animal já estudada).
- d) Culpa in omittendo: culpa por omissão (negligência);
- e) Culpa in committendo: É a culpa por ação, por exemplo, imprudência;
- f) Culpa civil: é a que tem fundamento na culpa (negligência, imperícia, imprudência);
- g) Culpa concorrente quando concorrem para o dano tanto o comportamento culposo do agente quanto da própria vítima.<sup>67</sup>

Todos os tipos demonstrados violam o dever de cuidado, tornando propício o evento danoso.<sup>68</sup>

<sup>64</sup> SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. Direito Civil: responsabilidade civil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Série fundamentos jurídicos)

<sup>65</sup> Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

<sup>66</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. v.4, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>67</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. v.4, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>68</sup> Idem.

### 4.3 NEXO CAUSAL

Nexo causal é o elemento de conexão entre a conduta do agente e o dano auferido por terceiro. Para TARTUCE, “nexo causal constitui o elemento imaterial ou virtual da responsabilidade civil, constituindo a relação de causa e efeito entre a conduta culposa ou o risco criado e o dano suportado por alguém”.<sup>69</sup>

Várias são as teorias que buscam explicar o nexo de causalidade, tanto na esfera cível quanto penal, pois dificilmente um dano ocorre em um contexto isolado onde existe somente um fator que possa ter dado causa ao dano. No direito civil, três teorias, que tentam resolver a questão de multiplicidade de causas, são destacadas pela doutrina. Primeiro a teoria da equivalência de condições, que afirma que todos os fatos que contribuíram para o evento danoso geram responsabilidade civil. Para os adeptos dessa corrente, o dano não ocorreria se não fossem a soma de todos os fatores que contribuíram para sua existência, é um posicionamento muito criticado.

Segundo a teoria da causalidade adequada, elaborada por Von Kries, afirma que o fato que enseja a responsabilidade é aquele que em abstrato possui maior probabilidade de ocasionar o dano.

Por fim, a teoria do dano direto e imediato afirma que o fato que enseja a responsabilidade civil é aquele que é determinante para ocorrência do dano, ou seja, em um contexto real com múltiplos fatores que contribuem ou concorrem para o dano, o fato relevante para fins de indenização é aquele que sem ele o dano não ocorreria.

Flávio Tartuce ensina que tanto a teoria da causa adequada quanto a teoria do dano direto e imediato estão presentes no CC/02 de maneira expressa, a primeira nos arts. 944 e 945 e a segunda no art. 403. Na opinião dele a teoria da causa adequada deve prevalecer nas análises dos casos concretos.<sup>70</sup>

Segundo Sérgio Cavaliere<sup>71</sup>, a teoria adotada pelo direito civil brasileiro ao tratar de nexo de causalidade é a *Teoria da Causa Adequada*. Pois, precisamos olhar para todos os fatores que concorreram para o resultado danoso e verificar qual foi o mais adequado para que o dano fosse ocasionado. O juízo, ao analisar o caso

---

<sup>69</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 387.

<sup>70</sup> TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, p. 389.

<sup>71</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2012. p. 49.

concreto, deve identificar dentre os fatores que concorreram para o dano, qual em abstrato tem maior chance de ocasionar o dano.

É imprescindível uma relação entre a conduta do agente e o dano suportado pela vítima. Desta forma, só haverá a obrigação de indenizar se ficar provado que o dano causado à vítima foi gerado por conduta omissiva ou comissiva do agente ou das pessoas elencadas no art. 932 do CC/02, conforme citado anteriormente.<sup>72</sup>

Para Hironaka, o nexo de causalidade é o pressuposto mais difícil de caracterizar nos casos de abandono afetivo.<sup>73</sup> Isso porque, o abandono afetivo fere a própria personalidade do indivíduo e os danos decorrentes se exteriorizam por meio de desequilíbrios psicológicos, como quadros depressivos, ansiedade, insegurança e outros. Esse tipo de dano pode ter múltiplas causas e a demonstração do nexo causal é difícil, sendo assim, é imprescindível uma análise retrospectiva olhando o contexto de vida do indivíduo antes e depois do surgimento do dano, para identificar se de fato o abandono afetivo é a causa dele.

#### 4.4 DANO

Para imputar a alguém o dever de indenizar, o primeiro fator que deve ser demonstrado é o dano. Antes mesmo de auferir se houve dolo ou culpa e se existe nexo de causalidade, é imprescindível a demonstração do dano.

Tradicionalmente, os danos podem ser divididos entre: dano patrimonial ou material e extrapatrimonial ou moral. Importante ressaltar que o ordenamento prevê outras espécies de danos. O enunciado 456, da V Jornada de Direito Civil, reconhece que:

A expressão “dano” no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. v.4, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>73</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9365-9364-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

<sup>74</sup> Jornadas de direito civil I, III, IV e V : enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v->

Dano material é aquele que atinge o patrimônio de alguém, podendo ser o patrimônio que a pessoa possui no momento da violação do direito ou um patrimônio que a mesma deixa de adquirir em razão do dano sofrido. O artigo 402 do Código Civil de 2002, disciplina que “Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar”.

Sobre o tema, Carlos Roberto Gonçalves ensina:

Assim, o dano patrimonial, em toda a sua extensão, há de abranger aquilo que efetivamente se perdeu e aquilo que se deixou de lucrar: o dano emergente e o lucro cessante.<sup>75</sup>

Os danos morais, por sua vez, não são palpáveis e não se traduzem em uma diminuição econômica para o ofendido. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, incisos V e X, prevê expressamente a possibilidade de indenização por dano moral. Para CAVALIERE, “o dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana”<sup>76</sup>

O dano moral viola a dignidade humana do ofendido, por meio da humilhação ou constrangimento que causa angústia, mágoa, dor ao sujeito.<sup>77</sup>

Nesse sentido, CAVALIERE entende que:

só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar.<sup>78</sup>

Para análise do problema proposto, será abordado a ocorrência do dano moral, como pressuposto para o dever de indenizar nos casos de abandono afetivo. A seguir, será evidenciado que o abandono afetivo da pessoa idosa viola a dignidade da pessoa

---

[jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view](http://jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view). Acesso em: 20 de maio de 2018.

<sup>75</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil — 7. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012, p. 333.

<sup>76</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 115.

<sup>77</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. Danos à pessoa humana: uma abordagem civilconstitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 132.

<sup>78</sup> CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 115.



humana, uma vez que acarreta ao abandonado abalos a sua integridade física e psíquica.

#### 4.5 RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO DO IDOSO

A questão do abandono afetivo e a possibilidade de indenização por danos morais é assunto polêmico, que não possui consenso na doutrina ou jurisprudência. O próprio STJ já se manifestou tanto pela possibilidade da reparação civil por abandono afetivo, quanto pela impossibilidade. Mesmo se tratando de um assunto muito abordado no meio jurídico, poucos são os autores que abordam o abandono afetivo pela ótica da tutela dos direitos dos idosos e ao analisar a jurisprudência, é perceptível que na maioria dos julgados o debate é referente ao abandono paterno-filial.

Conforme explicitado anteriormente, a CF/88 adota a dignidade da pessoa humana como preceito fundamental da República e ao mesmo tempo instituiu um novo paradigma social, onde o afeto é o elo central nas relações familiares. Em seu artigo 229, a carta magna impõe o dever de cuidado recíproco entre ascendentes e descendentes. Sendo assim, é possível que a violação ao dever imposto seja cometida tanto pelo pai em relação ao filho quanto o inverso. Isso viabiliza a utilização dos mesmos argumentos abordados no abandono afetivo paterno-filial para as situações de abandono afetivo inverso.

Até o momento, não existe previsão legislativa sobre o tema, porém existem projetos de lei em tramitação. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 4.294/2008, criado pelo deputado federal Carlos Bezerra, pretende estabelecer legalmente o dever de reparação civil em caso de abandono afetivo. O projeto acrescenta parágrafo ao artigo 1.632 do Código Civil (Lei 10.406/02) e ao art. 3º da lei nº 10.741 Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), a proposta apresenta a seguinte redação:

Art. 1º Acrescenta parágrafo ao artigo 1.632 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e ao art. da lei nº 10.741, de 1ª de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso -, de modo a estabelecer a indenização por dano moral em razão do abandono afetivo.

Art. 2º O artigo 1.632 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil – passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.1632.....

Parágrafo único: O abandono afetivo sujeita os pais ao pagamento de indenização por dano moral.(NR)”

Art. 3º O parágrafo único do art. 3º da lei nº 10.741, de 1ª de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso - passa a vigorar como parágrafo 1º, devendo ser acrescido o seguinte parágrafo 2º ao artigo:

“Art. 3º .....

§ 1º .....

**§ 2º O abandono afetivo sujeita os filhos ao pagamento de indenização por dano moral.**<sup>79</sup>

O projeto ainda será avaliado pela CCJ, antes de prosseguir para o Senado Federal, mas a iniciativa demonstra a preocupação do legislador com a violência moral que ocorre no contexto familiar frente aos mais vulneráveis. Na justificativa do PL, o deputado Carlos Bezerra esclarece a necessidade da indenização nos casos de abandono afetivo, pois embora não seja possível impor o amor recíproco entre pais e filhos, quem sofre abandono afetivo deve ao menos ter o direito de ser indenizado pelo dano sofrido.<sup>80</sup>

Outro projeto em discussão é o PL 3145/15, apresentado pelo deputado Vicentinho Junior, que pretende alterar o CC/02 para considerar hipótese de deserção casos de abandono.

Art. 1º. Esta lei acrescenta inciso aos artigos 1.962 e 1.963 da Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, de modo a possibilitar a deserção nas hipóteses de abandono.

Art. 2º O artigo 1.962 do Código Civil passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 1.962. ....

[...]

V – abandono em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres; 81

<sup>79</sup> BRASIL, Projeto de Lei nº 4.294 de 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/> Acesso em: 20 de maio de 2018.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> BRASIL, Projeto de Lei nº 3.145 de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/> Acesso em: 20 de maio de 2018.

O projeto usa apenas o termo abandono, sem distinguir a espécie. Entretanto, o deputado Vicentinho em sua justificativa demonstra a aplicação em casos de abandono moral e afetivo, vejamos:

Conforme o artigo 229 da Carta da República, os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O artigo 230, por sua vez, dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A presente proposta, portanto, **pretende alterar o Código Civil para permitir a deserção dos filhos quando eles cometerem abandono afetivo e moral em relação a seus pais**. Não se usa o termo idoso, no projeto, apenas para conferir maior amplitude e generalidade ao dispositivo, embora se saiba que a larga maioria dos casos de abandono ocorre quando o pai já é idoso.<sup>82</sup>

Antes de analisar a possibilidade de reparação civil por abandono afetivo, é indispensável delinear o que configura o abandono afetivo.

#### 4.5.1 Abandono material x abandono afetivo

A carta magna elegeu a família como base fundamental da sociedade e, visando proteger as organizações familiares, imputou o dever de cuidado, com especial atenção aos entes mais vulneráveis no contexto familiar, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.

Os pais têm o dever de amparar os filhos menores e estes têm o dever de amparar os pais na velhice. Na legislação infraconstitucional, existem normas que disciplinam de maneira especial sobre os deveres de cuidado nas relações familiares, como exemplo, temos o ECA, o EI e o próprio CC/02, que trata do dever de prestar alimentos.<sup>83</sup>

No Estatuto do Idoso temos a seguinte previsão:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer,

---

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A legislação não restringe os deveres à prestação de alimentos, o dever imposto aos familiares refere-se à promoção de uma vida digna e isso envolve prestações de cunho material e imaterial. Sendo assim, existe a possibilidade dos dois tipos de abandono.

No dicionário, um dos conceitos adotados para o termo abandonar é: deixar ao abandono, não dar mais atenção ou proteção, desamparar.<sup>84</sup>

Maria Consuelo Passos relaciona o abandono ao individualismo exagerado, onde nas relações familiares existe uma clara dependência de uma das partes e a outra se nega a prestar os cuidados demandados.<sup>85</sup>

Conforme o trecho supramencionado, o abandono envolve uma relação de dependência entre os familiares, onde aquele que deveria prestar o auxílio necessário não o faz por vontade própria.

O abandono material tem previsão expressa no ordenamento brasileiro, ele é tipo penal previsto no Capítulo III do CPP, que trata dos crimes contra a assistência família. O art. 244 prevê:

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo.

Assim, surge o abandono material quando alguém que tem o dever legal de prover a subsistência de outro e deixa de cumprir. O sujeito ativo do tipo penal é aquele que tem a obrigação legal de prestar a subsistência de outrem, nesse sentido leciona FRAGOSO:

Nas várias modalidades do crime de abandono material, podem ser sujeito ativo: a) o cônjuge que deixa de prover à subsistência do outro; b) o pai ou a mãe que deixa de prover à subsistência de filho menor de 18 anos ou inapto

<sup>84</sup> Michaelis Online: dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abandonar/>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

<sup>85</sup> PASSOS, Maria Consuelo. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. Mental, Nov 2007, vol.5, no.9, p.117-130. ISSN 1679-4427 Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272007000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272007000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jun 2018.

para o trabalho; c) o descendente (filho, neto, bisneto), que deixa de proporcionar recursos necessários a ascendente inválido ou valetudinário; d) qualquer pessoa que deixa de socorrer ascendente ou descendente gravemente enfermo.<sup>86</sup>

Referente à pessoa idosa, a legislação impõe aos descendentes o dever de promover suas necessidades, quando o idoso não tiver meios suficientes para prover a sua subsistência, neste caso o filho ficará responsável pela manutenção do seu genitor, e caso não viabilize meios para subsistência do mesmo será responsável pelo abandono material.<sup>87</sup>

O EI também prevê como crime o abandono de pessoas idosas, conforme o art. 98, configura crime “abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado”.

O abandono material contra o idoso estará configurado quando ele for privado de qualquer item básico, como alimento, água, vestimenta, medicação, itens de higiene ou qualquer outro essencial para expectativa de vida digna do idoso.<sup>88</sup>

O abandono material é tema que não apresenta controvérsia, porém a violação do dever de cuidado transcende a dimensão materialista e por vezes se configura como ausência de prestação de subsídios imateriais, essenciais para uma vida digna. Os idosos, por exemplo, são tratados como fardos sociais e, em consequência disso, são vítimas de múltiplas violações de direitos, analise-se:

No Brasil grande parte dos idosos sofre os mais variados tipos de abandono e maus tratos, muitos cometidos pelos próprios familiares. O caso mais comum é de abandono de idoso em casa de saúde ou em asilos. Os parentes simplesmente esquecem de visitá-lo, deixando-o totalmente desamparado. Na hipótese que os parentes convivem com o idoso, muitas vezes, recebem os seus proventos e não alcançam sequer alimentos ao idoso.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 3, 1981, p.127.

<sup>87</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil, 7ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 75.

<sup>88</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 182. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

<sup>89</sup> TOALDO, Adriane Medianeira; MACHADO, Hilza Reis. Abandono afetivo do idoso pelos familiares: indenização por danos morais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em:

Diferente do abandono material, não existe previsão expressa do abandono afetivo na legislação, o termo vem sendo delineado pela jurisprudência e doutrina aos poucos. Abordando o conceito de abandono afetivo, Andrichi afirma que:

o abandono afetivo ocorre quando existe o descaso e a falta de cuidado de um sujeito em relação a outro, quando na verdade aquele que tem por dever legal o amparo e proteção deste último, não cumpre sua obrigação. Trata-se da falta de afeto e cuidado que acarreta danos inestimáveis, gerando o dever ao causador do dano ao menos amenizar os prejuízos ocasionados.<sup>90</sup>

Paulo Lôbo, abordando o assunto sob a perspectiva das relações paterno-filial, sustenta:

Portanto, o “abandono afetivo” nada mais é que inadimplemento dos deveres jurídicos de paternidade. Seu campo não é exclusivamente o da moral, pois o direito o atraiu para si, conferindo-lhe consequências jurídicas que não podem ser desconsideradas.<sup>91</sup>

Por abandono afetivo inverso entende-se:

O abandono afetivo inverso é constituído, em regra, pela inação de afeto ou, especificamente, pela ausência de cuidado dos filhos em face de seus genitores idosos, fundado no valor jurídico imaterial da solidariedade familiar e da segurança afetiva da família. Apresenta-se no universo jurídico não apenas como uma omissão do dever de cuidado dos filhos em relação aos seus pais idosos, mas sim, como forma de garantir o princípio da dignidade humana, evitando ou compensando o abalo psicológico, físico e social sofrido pelos idosos.<sup>92</sup>

A Constituição Federal valoriza em seu artigo 229 as relações afetivas, estimulando a solidariedade entre os membros da família. A representação deste tipo

---

<[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11310&revista\\_caderno=14%3E](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310&revista_caderno=14%3E)>. Acesso em: 10 jun 2018.

<sup>90</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 775.565/SP. Rel. Min. Nancy Andrichi. Julgado em: 13.06.2006. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>> Acesso em: 02 de maio de 2018.

<sup>91</sup> LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 312

<sup>92</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 188. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

de assistência é analisada tendo como critérios o cuidado, a atenção e o apoio físico e moral que devem ser oferecidos a pessoa idosa. O Estatuto do Idoso impõe o dever a família de prezar pelo bem-estar físico e psíquico da pessoa idosa, garantindo para ela uma vida digna. Além disso, estabelece como um direito do idoso a convivência familiar e comunitária, responsabilizando os filhos pela prestação deste amparo material e imaterial aos pais.<sup>93</sup>

Cabe observar que as obrigações jurídicas imateriais são concebidas como um tipo de dever de cunho moral, que acarretam danos emocionais a pessoa idosa. Portanto, o ordenamento jurídico brasileiro oferece proteção a assistência psicológica que a pessoa do idoso necessita.<sup>94</sup>

Podemos observar que o abandono afetivo é sempre abordado como o descumprimento de um dever de cuidado, de amparo psicológico, de garantia de uma vida digna para o tutelado. Não existe uma tentativa de impor o amor entre duas pessoas. Vejamos:

O descaso entre pais e filhos é algo que merece punição, é abandono moral grave, que precisa merecer severa atuação do Poder Judiciário, para que se preserve não o amor ou a obrigação de amar, o que seria impossível, mas a responsabilidade ante o descumprimento do dever de cuidar, que causa o trauma moral da rejeição e da indiferença.<sup>95</sup>

Dentro do conceito de abandono afetivo, o afeto deve ser entendido em sua conotação objetiva. O afeto objetivo configura-se pelas obrigações de cuidado que são metas jurídicas a serem seguidas. Já o afeto subjetivo está ligado as emoções, sentimentos exteriorizados ou não.<sup>96</sup>

Nesse contexto, sob a ótica da pessoa idosa, o abandono afetivo é configurado como ausência de apoio, cuidado, respeito por seus direitos da personalidade, privação ao direito de conviver no âmbito da família.<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008, p. 45.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> AZEVEDO, Álvaro Villaça. Abandono Moral. Jornal do Advogado, OAB/SP, n. 1, 289, dez/2004, p.14.

<sup>96</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 184. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

<sup>97</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 184. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

Concluída a análise do abandono afetivo e material, será analisada a possibilidade do idoso ser indenizado por suportar danos de ordem moral, quando exposto a um contexto de abandono afetivo.

#### 4.5.2 Danos morais por abandono afetivo

A possibilidade de indenização por danos morais em caso de abandono afetivo é assunto que ganhou bastante evidência após a decisão do STJ de 2012, que reconheceu o dever de um pai indenizar sua filha em decorrência de abandono afetivo. Em seu voto a relatora, ministra Nancy Andrichi, afirmou que **“amar é faculdade, cuidar é dever”**.<sup>98</sup>

É grande a divergência que existe acerca do assunto, o próprio STJ possui julgados com posicionamentos opostos. Dois casos com decisões antagônicas possuem destaque nos precedentes do tribunal.

No primeiro caso, o pai abandonou o filho aos seis anos, prestando alimentos, porém evitando qualquer aproximação e privando inclusive o convívio do menor com sua irmã, fruto do segundo relacionamento do genitor. O juízo de primeira instância indeferiu o pleito de dano moral e o TJMG reformou a sentença condenando o pai ao pagamento dos danos morais. O STJ reformou o acórdão, conforme ementa a seguir:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ABANDONO MORAL. REPARAÇÃO. DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A indenização por dano moral pressupõe a prática de ato ilícito, não rendendo ensejo à aplicabilidade da norma do art. 159 do Código Civil de 1916 o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária. 2. Recurso especial conhecido e provido.<sup>99</sup>

No Resp. 757.411/MG, acima mencionado, o entendimento firmado reconheceu a inexistência de um dos pressupostos da responsabilidade civil, a conduta ilícita. Em seu voto o relator, ministro Fernando Gonçalves, argumentou que “como escapa ao arbítrio do Judiciário obrigar alguém a amar, ou a manter um

<sup>98</sup> STJ - REsp: 1159242/SP, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/05/2012, T3 - TERCEIRA TURMA. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

<sup>99</sup> STJ - REsp: 757411 MG 2005/0085464-3, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 27/03/2006 p. 299RB vol. 510 p. 20REVJMG vol. 175 p. 438RT vol. 849 p. 228. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=2022397&tipo=51&nreg=200500854643&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20060327&formato=PDF&salvar=false>. Acesso em: 08 de junho de 2018.



relacionamento afetivo, nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada”.<sup>100</sup>

O argumento supramencionado é defendido pelos doutrinadores que entendem ser impossível a indenização em casos de abandono afetivo. Adepto a essa corrente, defende HORNE:

Por mais que o pai possua deveres decorrentes da paternidade responsável, esses deveres não podem invadir o campo subjetivo do afeto. A negativa deste, não implica em um dano juridicamente indenizável, visto que outros elementos podem realizar a função paterna.<sup>101</sup>

Essa linha de argumentação está pautada na impossibilidade de tornar o amor uma obrigação jurídica. Pois, aquele que não ama, no âmbito das relações familiares, não comete qualquer ilícito.<sup>102</sup>

Importante observar a dimensão do afeto abordada pelas duas correntes, esse fator é decisivo para o antagonismo de posicionamentos. O afeto ou afetividade apresenta duas dimensões: a objetiva e a subjetiva. Resumidamente, a dimensão objetiva trata da exteriorização do afeto, através do exercício do dever de cuidado e a dimensão subjetiva está relacionada ao sentimento de afeto em si. Nesse sentido, esclarece CALDERÓN:

Outra particularidade do princípio da afetividade que merece destaque é que ele possui duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva. A dimensão objetiva envolve a presença de fatos tidos como representativos de uma expressão de afetividade, ou seja, fatos sociais que indiquem a presença de uma manifestação afetiva. A dimensão subjetiva trata do afeto anímico em si, do sentimento de afeto propriamente dito. Essa dimensão subjetiva do princípio certamente escapa ao direito, de modo que é sempre presumida, sendo que constatada a dimensão objetiva da afetividade restará, desde logo, presumida a presença da sua dimensão subjetiva.<sup>103</sup>

É evidente que a corrente contrária adota o afeto em sua dimensão subjetiva, por isso defende que o afeto não está ao alcance do direito e não pode ser imposto,

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> HORNE, Francisco Alejandro. O não cabimento de danos morais por abandono afetivo do pai. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28384-28395-1-PB.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>102</sup> SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Um caso real de abandono paterno**. Disponível em: <http://reginabeatriz.com.br/caso-real-de-abandono-paterno/>. Acesso em: 13 jun. 2018,

<sup>103</sup> CALDERÓN, Ricardo Lucas. Princípio da afetividade no direito de família. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. Disponível em: [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio\\_da\\_afetividade\\_no\\_direito\\_de\\_familia.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio_da_afetividade_no_direito_de_familia.pdf). Acesso em: 05 jun. 2018.

razão pela qual a ausência de afeto nas relações familiares não configura ato ilícito. Sendo os sentimentos algo espontâneo, não podem ser cobrados por uma imposição legal e em razão disso, indenizar alguém por ausência de afeto nada mais é do que precificar algo que não é economicamente mensurável.<sup>104</sup>

Outra questão suscitada, por quem defende a impossibilidade de reparação civil em casos de abandono afetivo, é a precificação do afeto ou monetarização do amor. Existem situações onde o dever de prestação alimentar e o suporte material são devidamente cumpridos, restando inadimplente o cumprimento dos deveres imateriais. Sendo assim, conceder uma reparação em dinheiro por ausência de afeto é considerado por muitos uma precificação do amor e uma forma de coagir o afeto nas relações familiares, vejamos:

Se a solução para o problema fosse o dinheiro, a própria pensão alimentícia atenderia o objeto da reparação, o que não ocorre. Quanto ao efeito dissuasório e punitivo, corremos o risco de mal ainda maior, como foi dito anteriormente.

A indenização deve ser encarada como medida extrema, onde certo dano de natureza grave é sanado através da pecúnia. O alargamento exacerbado poderá levar à desvalorização da ciência jurídica ao simples mercantilismo. Nas relações familiares, cabe ao Judiciário apenas a defesa aos direitos fundamentais do menor. A sua intromissão em questões relacionadas ao sentimento é abusiva, perigosa e põe em risco relações que não são de sua alçada. O amor é resultado de algo alheio ao nosso entendimento, e não da coação.<sup>105</sup>

Leonardo Castro diz que a possibilidade de indenização nesses casos poderia causar problemas maiores:

Podemos criar um problema mais grave. Muitos pais, não por amor, mas por temer a Justiça, passarão a exigir o direito de participar ativamente da vida do filho. Ainda que seja um mau pai, fará questão da convivência, e a mãe, zelosa, será obrigada a partilhar a guarda com alguém que claramente não possui qualquer afeto pela criança. A condição de amor compulsório poderá ser ainda pior que a ausência.<sup>106</sup>

A corrente contrária não chega a debater ou refutar a existência de um dano decorrente do abandono afetivo ou a existência de fato de nexo entre o abandono e o

<sup>104</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Famílias*. 3 ed. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011, p. 127.

<sup>105</sup> CASTRO, Leonardo. *O preço do abandono afetivo*. 2009. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2018.

<sup>106</sup> Idem.

dano resultante, pois nessa visão não existe um dever legal para ser cumprido, sendo impossível então a configuração de uma conduta ilícita que enseje a imputação de responsabilidade civil.

Em oposição a esse entendimento, temos a corrente doutrinária que sustenta a possibilidade de reparação civil por abandono afetivo, tendo como base que o atual paradigma de família adotado pela CF/88 e o ordenamento infraconstitucional impõe o dever de cuidado no âmbito das relações familiares. Veremos que, para essa corrente, o afeto é abordado em sua dimensão objetiva.

A apuração da afetividade se dará pela verificação da presença de fatos signo-presuntivos dessa manifestação afetiva, de modo que, ante a constatação de determinados fatos (dimensão objetiva), estes significarão, desde logo, a presença da afetividade, restando presumida, então, a sua dimensão subjetiva (presunção iuris tantum). A percepção da possibilidade de apuração da afetividade pela análise de fatos signo-presuntivos pode permitir uma maior eficácia ao princípio, superando dificuldades que poderiam se apresentar na sua verificação concreta.<sup>107</sup>

O segundo caso de destaque no STJ adota a corrente favorável à indenização. No contexto fático uma filha alega ter sofrido abandono material e afetivo durante sua infância e adolescência. O juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de indenização por abandono afetivo e o TJSP reformou e adotou veredito oposto. O STJ manteve a condenação por abandono afetivo, reavaliando apenas o valor indenizatório estipulado, vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à

<sup>107</sup> CALDERÓN, Ricardo Lucas. Princípio da afetividade no direito de família. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. Disponível em: [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio\\_da\\_afetividade\\_no\\_direito\\_de\\_familia.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio_da_afetividade_no_direito_de_familia.pdf) Acesso em: 05 jun. 2018.

afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido.<sup>108</sup>

No Resp. 1159242/SP, a relatora, ministra Nancy Andrighi, analisa em seu voto a existência dos pressupostos dano, culpa e nexos causal, referente ao abandono afetivo argumentado pela autora da ação. Primeiramente a ministra afirma que existe um dever legal de cuidado, e este deve ser cumprido:

Sob esse aspecto, indiscutível o vínculo não apenas afetivo, mas também legal que une pais e filhos, sendo monótono o entendimento doutrinário de que, entre os deveres inerentes ao poder familiar, destacam-se o dever de convívio, de cuidado, de criação e educação dos filhos, vetores que, por óbvio, envolvem a necessária transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento sócio-psicológico da criança. É esse vínculo que deve ser buscado e mensurado, para garantir a proteção do filho quando o sentimento for tão tênue a ponto de não sustentarem, por si só, a manutenção física e psíquica do filho, por seus pais – biológicos ou não.<sup>109</sup>

Sob a perspectiva do argumento supramencionado, podemos inferir que o dever jurídico está na obrigatoriedade de manter um vínculo de afeto (cuidado e convívio), mesmo quando não existir afeto em sentido subjetivo na relação. A afetividade tutelada pelo ordenamento jurídico impõe deveres inafastáveis, com obrigações invioláveis na relação entre pais e filhos.<sup>110</sup>

No âmbito do Abandono Afetivo Inverso, percebemos que do mesmo modo que os filhos menores, os idosos são tutelados e tem garantia à uma vida digna, com equilíbrio e convívio familiar, tal proteção é extraída da CF/88 e do EI, por exemplo. Sendo assim, também existe o vínculo de afeto obrigatório dos filhos em relação aos pais idosos, o cuidado deve ser encarado como obrigação legal, conforme demonstra o julgado:

Alçando-se, no entanto, o cuidado à categoria de obrigação legal supera-se o grande empecilho sempre declinado quando se discute o abandono afetivo –

<sup>108</sup> STJ - REsp: 1159242/SP, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/05/2012, T3 - TERCEIRA TURMA. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> ALVES, Jônes Figueiredo. *O cuidado Afetivo*. 2013. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI171545,31047-O+cuidado+afetivo>. Acesso em: 10 jun. 2018.

a impossibilidade de se obrigar a amar. Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, **que é dever jurídico**, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos.<sup>111</sup>

Após afirmar a existência de um dever jurídico afetivo, a ministra aborda o pressuposto da culpa, analisando se existe ação ou omissão que configure a prática de um ilícito. Ela entende que, se tratando o cuidado de algo objetivo, é possível identificar quando existe a omissão no cumprimento desse dever. A verificação do cumprimento ou não do dever de cuidado pode ser realizada avaliando a existência ações concretas na situação de fato, tais como: presença, contatos e ações voluntárias em favor da prole.<sup>112</sup>

HIRONAKA afirma que “O abandono afetivo se configura, desta forma, pela omissão dos pais, ou de um deles, pelo menos relativamente ao dever de educação, entendido este na sua acepção mais ampla, permeada de afeto, carinho, atenção, desvelo”.<sup>113</sup>

Passando a analisar o dano e o nexo causal, a ministra afirma:

Forma simples de verificar a ocorrência desses elementos é a existência de laudo formulado por especialista, que aponte a existência de uma determinada patologia psicológica e a vincule, no todo ou em parte, ao descuido por parte de um dos pais.

(...)

Esse sentimento íntimo que a recorrida levará, ad perpetuum, é perfeitamente apreensível e exsurge, inexoravelmente, das omissões do recorrente no exercício de seu dever de cuidado em relação à recorrida e também de suas ações, que privilegiaram parte de sua prole em detrimento dela, caracterizando o dano in re ipsa e traduzindo-se, assim, em causa eficiente à compensação.<sup>114</sup>

A indenização por danos morais, decorrentes de abandono afetivo, baseia-se no dano concreto ocasionado a personalidade do sujeito violado e no nexo de

<sup>111</sup> STJ - REsp: 1159242/SP, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/05/2012, T3 - TERCEIRA TURMA. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9365-9364-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

<sup>114</sup> STJ - REsp: 1159242/SP, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/05/2012, T3 - TERCEIRA TURMA. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

causalidade, pressuposto que torna difícil a configuração do dever de indenizar nesses casos, sendo também indispensável a culpa.<sup>115</sup>

Nesse entendimento, argumenta HIRONAKA:

O dano causado pelo abandono afetivo é antes de tudo um dano à personalidade do indivíduo. Macula o ser humano enquanto pessoa, dotada de personalidade, sendo certo que esta personalidade existe e se manifesta por meio do grupo familiar, responsável que é por incutir na criança o sentimento de responsabilidade social, por meio do cumprimento das prescrições, de forma a que ela possa, no futuro, assumir a sua plena capacidade de forma juridicamente aceita e socialmente aprovada.<sup>116</sup>

O argumento sobre a precificação do amor é refutado, não se trata de monetarizar o afeto em aspecto subjetivo, mas sim do reconhecimento da obrigação legal de cuidar, prevista na CF/88 e dispositivos infraconstitucionais, o que possibilita sim a reparação civil, quando existe um dano decorrente da violação do dever de cuidado. A doutrina reconhece que nas relações de família, as indenizações oriundas de responsabilidade civil não são baseadas na ideia de obtenção de vantagens econômicas, mas procuram defender os direitos de personalidade, funcionando como um sistema compensatório, preventivo e educativo.

Tal perspectiva é muito bem esclarecida por Bernardo Castelo Branco, quando afirma que:

A reparação, embora expressa em pecúnia, não busca, nesse caso, qualquer vantagem patrimonial e, benefício da vítima, revelando-se na verdade como forma de compensação diante da ofensa recebida, que em sua essência é de fato irreparável, atuando ao mesmo tempo em seu sentido educativo, na medida em que representa uma sanção aplicada ao ofensor, irradiando daí seu efeito preventivo.<sup>117</sup>

No mesmo sentido, Rodrigo da Cunha Pereira argumenta:

A resistência ao acolhimento das pretensões indenizatórias decorrentes da rejeição paterna e do descumprimento do dever de convivência explica-se, em parte, pelo temor em vir a se instituir uma “indústria do dano moral” e uma monetarização do afeto. Não se trata, entretanto, de dar preço ao amor, mas

<sup>115</sup> MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008, p. 167.

<sup>116</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9365-9364-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

<sup>117</sup> BRANCO, Bernardo Castelo. Dano moral no direito de família. São Paulo: Editora Método, 2006. p. 116.

de lembrar a esses pais responsabilidades na formação da personalidade e na garantia da dignidade dos filhos que geraram.<sup>118</sup>

Maria Berenice Dias defende que em casos de abandono afetivo, a aplicação de medidas indenizatórias possui caráter pedagógico e tem extrema relevância.<sup>119</sup>

A especial proteção normativa que recebeu o instituto família, não está pautada em uma visão patrimonialista, e por isso, mesmo possuindo caráter pedagógico e compensatório, as indenizações em caso de abandono afetivo devem ser delineadas por certos limites, o juiz deve analisar caso a caso a existência de todos os pressupostos de responsabilidade e a extensão do dano suportado, a fim de evitar o desvirtuamento do instituto.<sup>120</sup>

No campo doutrinário, a questão de indenização por abandono afetivo do idoso ainda é tema de tímido debate, mesmo sendo inegável que a população idosa sofre violações no âmbito familiar, decorrente do abandono afetivo, que ferem seus direitos de personalidade.

O abandono é uma das maneiras mais perversas de violência contra a pessoa idosa e apresenta várias facetas. As mais comuns constatadas pelos cuidadores e pelos órgãos públicos que notificam as queixas: colocá-la num quartinho nos fundos da casa retirando-a do convívio com outros membros da família e das relações familiares; conduzi-la a um abrigo ou a qualquer outra instituição de longa permanência contra a sua vontade, para se livrar da sua presença na casa, deixando a essas entidades o domínio sobre sua vida, saúde e seu direito de ir e vir; permitir que o idoso sofra fome e passe por outras necessidades básicas. Outras formas também bastante frequentes de abandono são as que dizem respeito à ausência de cuidados, de medicamentos e de alimentação aos que têm alguma forma de dependência física, econômica ou mental, **antecipando sua imobilidade, aniquilando sua personalidade ou mesmo promovendo seu lento adoecimento e morte.**<sup>121</sup>

O trecho acima demonstra a gravidade dos danos ocasionados pelo abandono ao idoso, por essa razão o debate sobre a indenização dos danos morais suportados nesse contexto é indispensável. Na doutrina, os argumentos que defendem a

<sup>118</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Nem só de pão vive o Homem: responsabilidade civil por abandono afetivo. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=392>. Acesso em 10 de jun. 2018.

<sup>119</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 409.

<sup>120</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. 2016. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9365-9364-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

<sup>121</sup> BORN, Tomiko. Cuidar Melhor e Evitar a Violência - Manual do Cuidador da Pessoa Idosa / Tomiko Born (organizadora) – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008, p. 38/39.

responsabilidade civil em caso de violação do dever filial-paterno, são os mesmos demonstrados acima, vejamos:

Entende-se que o instituto Abandono Afetivo Inverso não veio para impor o afeto, mas sim para lembrar aos filhos que, aceitando ou não esta qualidade, jamais estarão “livre” do dever de cuidado para com seus genitores, dever este que, tragicamente e vergonhosamente, necessitou de ser expresso em dispositivo constitucional, para que os filhos pudessem dar valor a quem lhes deu a própria vida.<sup>122</sup>

No mesmo sentido, Adriane Medianeira Toaldo e Hilza Reis Machado:

A indenização pelo abandono afetivo dos familiares será uma forma de coibi-los de tal atitude, servindo como punição, já para o idoso trará, de certa forma um acalanto para a alma ou quem sabe o alcance para o próprio alimento. Desta forma entende-se que embora a reparação civil não esteja presente no Estatuto do Idoso, mas que seus pressupostos estejam, já haverá formas para tal intento.<sup>123</sup>

Assim como nos casos de abandono paterno-filial, não existe previsão específica sobre o abandono afetivo inverso, mas existe o dever legal de cuidado, que por vezes é violado pelos filhos causando dor e sofrimento ao idoso.

No particular, a autonomia da pessoa idosa exige a assistência filial, moral e afetiva, obrigação dos filhos de cuidado, imprescindível para a consolidação dos direitos da personalidade existenciais na velhice.<sup>124</sup>

No abandono afetivo inverso, o descumprimento do dever parte do filho que priva seu pai idoso de cuidados, convívio familiar e demonstrações mínimas de afeto. Dessa forma, esse abandono causa danos de natureza moral ao idoso, passível de indenização como forma de compensar a privação do convívio familiar e o consequente dano suportado. Adotando como paradigma o posicionamento do Resp.

---

<sup>122</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 189. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.

<sup>123</sup> MACHADO, Hilza Reis; TOALDO, Adriane Medianeira. Abandono afetivo do idoso pelos familiares: indenização por danos morais. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11310](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310). Acesso em 30 maio. 2018.

<sup>124</sup> VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016, p. 189. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>. Acesso em: 25 maio de 2018.



1159242/SP, é sim possível a indenização por danos morais em caso de abandono afetivo inverso.

## 5 COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA

Assim como na doutrina, a maior parte dos julgados sobre abandono afetivo trata da relação paterno-filial. No STJ, por exemplo, não foi identificado, nessa pesquisa, nenhum julgado abordando o abandono afetivo inverso. Por essa razão, os casos que serão expostos a seguir são julgados restritos aos tribunais estaduais.

Importante demonstrar que a jurisprudência tem reconhecido a importância do amparo, do convívio familiar e do afeto para que o idoso goze de uma vida digna.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DIREITO DE VISITAS DA FILHA À GENITORA, QUE MORA NA CASA DE PROPRIEDADE DE SUA IRMÃ, RESIDENTE EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. IRMÃS QUE POSSUEM SÉRIO DESENTENDIMENTO FAMILIAR. INSURGÊNCIA DA RÉ, REQUERENDO A PROIBIÇÃO DE VISITAS DE SUA IRMÃ À SUA GENITORA. IMPOSSIBILIDADE. RESGUARDO AO MELHOR INTERESSE DA IDOSA EM SER VISITADA POR SUA FILHA. SAÚDE FRÁGIL DA MÃE QUE IMPOSSIBILITA DESLOCAMENTOS CONSTANTES. DIREITO À CONVIVÊNCIA ENTRE MÃE E FILHA QUE SE SOBREPÕE AO DIREITO DE PROPRIEDADE. SITUAÇÃO PECULIAR PARA A OCASIÃO DE VISITA DA FILHA REQUERIDA, QUE RESIDE NO RIO DE JANEIRO/RJ, À MÃE. PARECER MINISTERIAL PONDERADO. REGULAMENTAÇÃO DAS VISITAS PARA ESTAS OPORTUNIDADES. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.<sup>125</sup>

No caso mencionado acima, uma filha recorre ao judiciário para garantir o direito de visitar sua mãe idosa, que mora na casa de sua irmã. A autora foi proibida pela ré de adentrar sua propriedade, ficando impossibilitada de conviver com sua mãe, pessoa idosa com mobilidade reduzida. No voto, o relator reforça os artigos 229 e 230 da CF/88 e o art. 3º do EI, que garantem os direitos dos idosos, para conceder o direito de visita à autora da ação, assim fundamentando:

Além disso, futuramente, existe a possibilidade da saúde da idosa inviabilizar qualquer deslocamento ou saudável relação e, nessa linha, vale destacar que **o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo obrigação da família assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.**

<sup>125</sup> TJ-SC - AC: 20140047599 SC 2014.004759-9 (Acórdão), Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 25/06/2014, Segunda Câmara de Direito Civil. Disponível em: < [www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/) > Acesso em: 12 jun. 2018.

Outrossim, o fato de ser proprietária do imóvel não é motivo absoluto para impedir a entrada da irmã para visitar a mãe. O direito de propriedade do bem não se sobrepõe aos direitos de visitas e de convivência que tanto a filha D. C. dos S. quanto a idosa possuem. **Ao contrário, preservar o contato de mãe e filha reforça a dignidade de ambas**, sobressaindo sobre o direito à propriedade.

Assim sendo, **considerando que a apelada tem não apenas o direito, mas o dever de visitar a genitora**, a discussão recai, na verdade, sobre a forma como deve proceder às visitas, uma vez que as particularidades do caso em concreto - em especial o estresse a que a idosa pode ser submetida se visitada simultaneamente por ambas as filhas - recomendam prudência ao fixar-se o direito de visitação a ser exercido pela recorrida, tudo isso visando ao melhor interesse da octogenária.<sup>126</sup>

Como visto, os filhos têm a obrigação de visitar os pais idosos, proporcionando-lhes o convívio familiar.

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro analisou a Apelação Cível nº 0019973-83.2009.8.19.0045, que pleiteava a condenação dos filhos da autora idosa em danos morais decorrente de abandono afetivo. No contexto fático, a autora pleiteia indenização por danos morais em face do descumprimento do pagamento de verba alimentar, juridicamente estabelecida, por parte de sua filha e, por esta enviar e-mails desrespeitosos e agressivos, atentando contra a honra da mãe, sempre que seu irmão lhe cobrava pensão. O juízo de primeiro grau julgou improcedente os pedidos e a idosa interpôs recurso alegando haver respaldo na doutrina e jurisprudência sobre o pagamento de danos morais em caso de abandono afetivo. Foi negado provimento ao recurso conforme ementa:

Ação de Reparação por Danos Morais ajuizada por genitora em face da filha – Alegação circunscrita ao não cumprimento de pensão alimentícia, objeto de outra demanda, no dia estipulado e em valor inferior, bem como e-mails respondidos de forma agressiva a honra da mãe, pessoa idosa e economicamente dependente.

O inadimplemento da obrigação alimentar suscita a adoção de outras medidas, não tendo o condão de ensejar a indenização pretendida. Mensagens eletrônicas trocadas pela ré e seu irmão que simplesmente demonstram a existência de conflitos e animosidade recíprocas entre os familiares.

No caso concreto, não obstante lastimável litígio desta natureza, principalmente envolvendo mãe e filha, **sua incidência não tem o potencial ofensivo que lhe quer emprestar a autora, a ponto de gerar dano moral**, ficando sua projeção circunscrita à esfera de aborrecimentos e dissabores

---

<sup>126</sup> Idem.

experimentados no núcleo familiar, sem maiores reflexos na esfera da intimidade da apelante - Desprovemento da Apelação.<sup>127</sup>

O relator menciona o art. 3º do EI, onde é imposto a família o dever de cuidado com idosos, e discorre sobre as providências cabíveis em caso de violação ao referido artigo:

Logo, na hipótese de desrespeito a tal previsão legal, o caminho aconselhável seria buscar junto às Varas do Idoso, através dos competentes e experientes profissionais que atuam nesta área, uma conscientização junto à família da importância do amor, do carinho, da dedicação, da paciência e, principalmente, do respeito que merecem os mais velhos e todos os integrantes do núcleo familiar.

Na verdade, fazer valer o cumprimento das obrigações em prol dos idosos, é muito diferente de concordar com a possibilidade de compensar a dor suportada pela indiferença de um ente querido.<sup>128</sup>

Conforme demonstrado acima, o relator Camilo Ribeiro entende que em casos de ausência de afeto o caminho a ser adotado é uma conscientização com a família do idoso, ele reconhece que existem obrigações a serem cumpridas pela família, mas na visão dele o amor não pode ser precificado, sendo inviável indenização por danos morais nesses casos, conforme trecho do voto transcrito abaixo:

Aliás, o tema já merece reflexão no mundo jurídico. É possível calcular em dinheiro quanto vale o amor? A importância de R\$ 60.000,00 substituirá, sabe-se lá por quanto tempo, a presença de um filho na vida dos pais e vice-versa? A condenação ao pagamento de uma indenização resgataria os laços afetivos entre mãe e filha? Ora, nem seria necessário um pronunciamento judicial neste sentido, uma vez que a resposta é óbvia.<sup>129</sup>

Verifica-se que nesse caso o TJRJ adotou a corrente contrária a indenização, abordando o afeto em seu aspecto subjetivo e declarando ser impossível compensar a ausência de afeto com dinheiro.

O TJSP apreciou a Apelação Cível nº 1007094-89.2015.8.26.0152 que pleiteava a condenação de dois filhos por abandono material e moral de seu genitor idoso, conforme ementa:

---

<sup>127</sup> TJ-RJ - APL: 00199738320098190045 RJ 0019973-83.2009.8.19.0045, Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, Data de Julgamento: 26/02/2013, PRIMEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 19/04/2013. Disponível em: [www1.tjrj.jus.br](http://www1.tjrj.jus.br). Acesso em 12 jun 2018.

<sup>128</sup> TJ-RJ - APL: 00199738320098190045 RJ 0019973-83.2009.8.19.0045, Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, Data de Julgamento: 26/02/2013, PRIMEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 19/04/2013. Disponível em: [www1.tjrj.jus.br](http://www1.tjrj.jus.br). Acesso em 12 jun 2018.

<sup>129</sup> Idem.

Apelação. Ação de indenização por danos morais e materiais por abandono afetivo. Sentença de improcedência. Inconformismo do autor. Descabimento. Preliminares de intempestividade recursal, falta de representação recursal e cerceamento de defesa afastadas. Inexistência de abandono afetivo e material por parte dos apelados. Curadora do autor (sua representante nos autos) quem impede as visitas dos apelados ao apelante. Responsabilidade subjetiva. Dano moral no caso dos autos deve ser comprovado, não se tratando de dano "in re ipsa". Comprovação documental de que os apelados prestam auxílio financeiro ao genitor. Honorários advocatícios de sucumbência majorados. Inteligência do § 11 do art. 85 do CPC e Enunciado Administrativo nº 7, do C.STJ. Recurso desprovido.<sup>130</sup>

O autor idoso, representado por sua filha e curadora, alega que a curadora provê sozinha seu sustento e os outros dois filhos não prestam auxílio material ao pai, bem como não lhe visitam, o que tem ocasionado profunda tristeza e abalo emocional no idoso. O juízo de primeira instância julgou improcedente a demanda, por entender que ficou comprovado nos autos a inverdade das alegações. Quanto ao abandono material, restou comprovada documentalmente a prestação do auxílio financeiro e a própria curadora confessa que existe uma ação de majoração de alimentos em face dos demandados. Quanto ao abandono afetivo, ficou comprovado que os demandados acompanham seu pai em consultas e tratamento médico e que a ausência de visita frequente se justifica por empecilho imposto pela própria curadora do idoso aos demais filhos.

No caso citado acima, foi reconhecida a inexistência de ato ilícito, não sob o argumento de que afeto é algo que não pode ser legalmente exigido, mas sim por sequer restar configurada a conduta do abandono. O ponto que merece destaque na decisão do tribunal, é o reconhecimento que em caso de abandono afetivo deve restar comprovado os pressupostos da responsabilidade civil para configuração de dano moral indenizável, conforme trecho abaixo:

Acrescente-se que, no caso dos autos, **o dano moral não é in re ipsa**, como alegado pelo apelante, devendo ser comprovado.

Como é cediço, o instituto da responsabilidade civil exige a prova inequívoca da ação ou omissão; da culpa ou dolo do autor do ato ilícito; do efetivo dano, bem como do nexo de causalidade. Na ausência de qualquer um desses elementos, não há como acolher o pedido da indenização pretendida.

<sup>130</sup> TJ-SP - APL: 10070948920158260152 SP 1007094-89.2015.8.26.0152, Relator: Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho, Data de Julgamento: 08/02/2017, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/02/2017. Disponível em: < [www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/)> Acesso em: 12 jun. 2018.

Destarte, do cotejo entre as provas coligidas nos autos, a conclusão a que se chega é diversa daquela sustentada pelo autor em suas razões recursais, razão pela qual a improcedência da ação era mesmo de rigor, mantendo-se a sentença pelos seus próprios e bem deduzidos fundamentos.<sup>131</sup>

Foi identificada uma ação em trâmite em Curitiba – PR em que o idoso pleiteia danos morais de seus netos, decorrente de abandono afetivo. A ação foi ajuizada ano passado e chegou ao TJPR apenas para resolução de conflito de competência suscitado. O tribunal entendeu que a ação deve tramitar na vara de família, por se tratar de danos supostamente ocasionados no seio das relações familiares. Embora não seja apreciado o mérito da demanda, na decisão é possível verificar que o relator, Alexandre Barbosa Fabiani, entende que abandono afetivo não configura um ilícito a ser dirimido nos termos das normas de responsabilidade civil. Vejamos:

Nestes termos, não obstante a pretensão da autora seja a condenação dos reclamados ao pagamento de danos morais, a questão apresentada não pode ser elencada como ato ilícito atinente a responsabilidade civil. Trata-se de questão relativa a abandono parental dos netos e da responsabilidade destes em zelar pelos cuidados da avó, e, portanto, decorrentes de relações familiares.

(...)

Isto porque, não se está discutindo nos autos questão relativa a ilícitos da vida civil que causaram prejuízos capazes de serem indenizáveis pela parte reclamada, mas sim atos relativos a atitudes de familiar relacionados a abandono afetivo, que em decorrência da negligência no papel de neto acaba por ferir direitos elencados no artigo 3º do Estatuto do Idoso.<sup>132</sup>

A ação está tramitando na 3ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e ainda não teve o mérito apreciado.

Por fim, no dia 02 de maio de 2018, o TJAC divulgou notícia sobre uma sentença proferida pelo juízo da Vara Cível da Comarca de Brasileia, onde o juiz Gustavo Sirena declarou que em decorrência do abandono afetivo praticado em face do pai idoso, a filha-herdeira teria direito apenas a 50% da herança deixada pelo de cujos, respeitando assim a reserva legal. A outra metade deveria ser direcionada para o Lar dos Vicentinos, unidade asilar em que o idoso passou os últimos anos.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> TJPR – CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1740445-6 – Processo Originário nº 0003797-59.2015.8.16.0188. Relator: Alexandre Barbosa Fabiani. Data de Julgamento: 17/05/2018. 8ª Câmara Cível. Disponível em: < [www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/)> Acesso em: 12 jun. 2018.

Em sua fundamentação, o juiz deixa claro que o abandono afetivo é violência grave contra o idoso passível de reparação civil, conforme a reportagem:

A decisão ressaltou a falta de amparo. “O idoso ao sofrer desafeto pela família, também perde seus objetivos, envelhecendo e adoecendo mais rapidamente, pois segundo a nossa Constituição Federal, em seu artigo 229, os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

**Sendo assim, é possível que familiares que não cumpram esses deveres sejam responsabilizados civilmente, em razão do cometimento de ato ilícito, no qual surge o dever de reparação, tanto material como moral.**

O Juízo esclareceu que o descaso entre pais e filhos é considerado grave abandono moral, necessitando de severa punição do Poder Judiciário. “Não é imposta a obrigação de amar, mas a responsabilidade pelo descumprimento do dever de cuidar”, enfatizou.<sup>133</sup>

Mesmo não tratando de uma ação de responsabilidade civil, a decisão reflete sobre o tema, explicitando o descumprimento do dever legal de cuidado e convívio pela filha, a configuração do ilícito e a possibilidade de indenização por danos morais decorrente do abandono afetivo.

É evidente que o número de ações que pleiteiam danos morais por abandono inverso ainda é muito pequeno, tendo em vista os poucos casos apreciados pelos tribunais de segunda instância que foram localizados. Sendo assim, não existe um espaço amostral de julgados que permita estabelecer um posicionamento majoritário na jurisprudência sobre o tema.

---

<sup>133</sup> Idem.

## CONCLUSÃO

Como visto, a responsabilidade civil brota da violação ou lesão a um direito, assim, na seara do tema abordado, entende-se que o filho será responsabilizado quando sua conduta para com pai longo vivo gerar danos seja de ordem moral ou material.

É inegável que a sociedade tem uma visão preconceituosa sobre o envelhecimento, onde as pessoas idosas são enxergadas como um fardo social, alguém que perdeu sua produtividade e que depende de outras pessoas para sobreviver, e isso reflete principalmente nas relações familiares. São inúmeros os casos de violação dos direitos dos idosos no âmbito familiar, como, por exemplo, o descaso com alimentação, saúde, cuidados de higiene e abandono pela família em asilos e hospitais. Infelizmente, o direito precisa garantir aos idosos aquilo que deveria ser espontâneo no seio familiar, o cuidado para uma vida digna com a realização de suas necessidades materiais e afetivas.

Considerando que até o momento não existe previsão legislativa sobre abandono afetivo, foi demonstrado que existe um dever legal de cuidado recíproco imposto pela CF/88. Além disso, o EI, a LOAS e a Política Nacional do Idoso disciplinam sobre a proteção ao idoso, a inviolabilidade de sua personalidade, garantindo-lhes o efetivo exercício de seus direitos enquanto cidadãos. Assim como ocorre com o ECA, o EI impõe um dever de cuidado à família que não se restringe à prestação de suporte material, mas também afetivo.

Ficou comprovado que existem muitas controvérsias doutrinárias e jurisprudencial sobre a possibilidade de pleitear danos morais decorrente de abandono afetivo. Entretanto, percebe-se que a maior divergência se encontra na dimensão do afeto abordada por cada corrente. É incontroverso que o afeto em seu aspecto subjetivo não pode ser imposto e muito menos auferido, por se tratar de um sentimento íntimo. Mas em seu aspecto objetivo, como um dever de cuidado imaterial, com externalizações mínimas, o afeto possui sim relevância jurídica e deve ser tutelado pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido, o afeto em sentido objetivo refere-se ao convívio familiar com idoso, a demonstração de preocupação com sua existência e suporte psicológico, condutas que são impostas aos filhos como um dever legal a ser cumprido. A violação



desses deveres enseja a reparação dos danos morais ocasionados pelo abandono afetivo.

Dessa forma, mesmo o amor não tendo preço, a negligência dos filhos diante do suporte imaterial que os pais necessitam deve ser enxergado como um ilícito que causa danos de ordem moral ao idoso. A indenização por danos morais nesses casos, busca compensar o dano suportado, mas ao mesmo tempo revela-se como uma tentativa pedagógica de corrigir a conduta dos filhos que abandonam os pais idosos.

Observou-se que se a discussão doutrinária é tímida, o debate jurisprudencial sobre o abandono afetivo inverso é quase inexistente, poucos foram os casos identificados. Talvez isso se justifique pela própria situação de vulnerabilidade dos idosos, que muitas vezes dependem do Ministério Público ou de outros familiares para pleitearem seus direitos judicialmente.

Por fim, considerando que a CF/88 e o EI impõe ao Estado o dever de garantir aos idosos os direitos de cunho material e moral, que envolve o bem-estar psíquico, a integridade física, o amparo e outros, ficou comprovado que o poder judiciário, assim como nos casos de abandono paterno-filial, deve reconhecer que os danos morais decorrentes de abandono afetivo precisam ser indenizados, como forma de coibir tais condutas e de compensação ao idoso pela dor e angustia suportada.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Jônes Figueiredo. *O cuidado Afetivo*. 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI171545,31047-O+cuidado+afetivo>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Abandono Moral. *Jornal do Advogado*, OAB/SP, n. 1, 289, dez/2004.
- BORN, Tomiko. *Cuidar Melhor e Evitar a Violência - Manual do Cuidador da Pessoa Idosa* / Tomiko Born (organizadora) – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008.
- BRANCO, Bernardo Castelo. *Dano moral no direito de família*. São Paulo: Editora Método, 2006.
- BRASIL, Balanço Disque 100 (2011 a 2017). 2018. disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000. In: *Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e econômica*, nº 9. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Acesso: 03 abr. 2018.
- BRASIL, Projeto de Lei nº 3.145 de 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- BRASIL, Projeto de Lei nº 4.294 de 2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- BRASIL. Código Civil (2002). Código Civil. Diário Oficial da União. Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)>. Acesso em 02 abr. 2018.
- BRASIL. Código Penal. (1940). Diário Oficial da União. Brasília, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 02 abr. 2018.
- BRASIL, Jornadas de direito civil I, III, IV e V : enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em: 16 maio. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 08 dez. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 16 maio. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 jan. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm)>. Acesso em: 16 maio. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 775.565/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. Julgado em: 13.06.2006. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>> Acesso em: 02 de maio de 2018.

BREDEMEIRE, S.M.L. Conselho do idoso como espaço público. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXIV, n.75, 2008.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. Princípio da afetividade no direito de família. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio\\_da\\_afetividade\\_no\\_direito\\_de\\_familia.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio_da_afetividade_no_direito_de_familia.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CASTRO, Leonardo. *O preço do abandono afetivo*. 2009. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CAVALIERE, Sérgio Filho. Programa de responsabilidade civil - 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

CENEVIVA, Walter. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: a terceira idade nas alternativas da lei. Revista A Terceira Idade. São Paulo: SESC – GETI, v. 17, nº 35, 2006.

COSTA, Lúcia Vânia Abrão. Política Nacional do Idoso: perspectiva governamental. In: Anais do I Seminário Internacional – Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século. Brasília: MPAS, SAS, 2007.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil. 17º ed. aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10-1-2001) São Paulo: Saraiva, 2012, v.7.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. 3 ed. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 3, 1981.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil, 7ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Ana Lúcia. O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços. In: Seminário Internacional: mínimos de cidadania e benefícios a idosos e pessoas deficientes – Brasil, França e Portugal. São Paulo: FAPESP, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto Direito civil brasileiro, volume 4 : responsabilidade civil — 7. ed. — São Paulo : Saraiva, 2012.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. 2016. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9365-9364-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

HORNE, Francisco Alejandro. O não cabimento de danos morais por abandono afetivo do pai. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28384-28395-1-PB.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

JULIÃO, Sandra de Oliveira. Os Direitos dos Idosos. Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/promotorias-justica-menu/projid-menu/1539-direitos-dos-idosos>> Acesso em: 20 maio 2018.

LIMA, K.K.F e XAVIER, Y.M.A. A Humanização da Proteção Integral do Idoso no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Congresso: Direitos sociais e políticas públicas III. Organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Terezinha de Oliveira Domingos, Rogério Luiz Nery da Silva, Danielle Anne Pamplona. – Florianópolis : CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=88d4d7db55b11ebb>> Acesso em: 02 maio de 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família . Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 307, 10 maio 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5201/a-repersonalizacao-das-relacoes-de-familia>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Princípio da Solidariedade Familiar. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: IBDFAM, Del Rey, 2007,

LÔBO, Paulo. Direito civil : famílias— 4. ed. — São Paulo : Saraiva, 2011.

MACHADO, Hilza Reis; TOALDO, Adriane Medianeira. Abandono afetivo do idoso pelos familiares: indenização por danos morais. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11310](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310)>. Acesso em 30 maio. 2018.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2008.

MENDONÇA, Patrícia Lima. Abandono afetivo: um conceito em debate na psicologia. Santa Catarina, Palhoça, 2011. Disponível em: <[http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/104107\\_Patricia.pdf](http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/104107_Patricia.pdf)>. Acesso em: 01 jun 2018.

Michaelis Online: dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abandonar/>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

MODENA, Ana Isabel. Os direitos humanos, a proteção jurídica e as ações afirmativas dirigidas aos idosos. Disponível em: <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/02\\_1269.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/02_1269.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Danos à pessoa humana: uma abordagem civilconstitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

MULLER, Eliane Fransieli. A violência intrafamiliar contra o idoso: um estudo no contexto do CIAPREVI – Florianópolis/SC. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J. M. de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. Rev. direito GV, São Paulo, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180824322011000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322011000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A ONU e as pessoas idosas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. Artigo XXV. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>> Acesso em: abr. 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Nem só de pão vive o Homem: responsabilidade civil por abandono afetivo. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=392>>. Acesso em 10 de jun. 2018.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. A Velhice na Constituição. Revista de Direito Constitucional e Internacional, ano 8, n. 30, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. Direito Civil: responsabilidade civil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Série fundamentos jurídicos)

SCHONS, C.R.; PALMA, L.T.S. Política social para a velhice: instrumento de integração ou marginalização social? Passo Fundo: UPF Editora, 2007.

SILVA, Janaína Carvalho da. Da Velhice e assistência social no Brasil. Revista A Terceira Idade. São Paulo: SESC – GETI, v. 17, n° 35, 2006.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Um caso real de abandono paterno. Disponível em: <http://reginabeatriz.com.br/caso-real-de-abandono-paterno/>. Acesso em: 13 jun. 2018,

STF - RE: 898.060 / SC TJSC 2012/0385259, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 22/09/2016, PLENÁRIO , Data de Publicação: DJe 23/08/2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

STJ - REsp: 1026981 RJ 2008/0025171-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 04/02/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/02/2010. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

STJ - REsp: 1159242/SP, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/05/2012, T3 - TERCEIRA TURMA. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19165773/recurso-especial-resp-1026981-rj-2008-0025171-7/inteiro-teor-19165774>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

STJ - REsp: 1677903 SP 2016/0174219-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/11/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/03/2018. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/553374991/recurso-especial-resp-1677903-sp-2016-0174219-0>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

STJ - REsp: 757411 MG 2005/0085464-3, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/11/2005, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 27/03/2006 p. 299RB vol. 510 p. 20REVJMG vol. 175 p. 438RT vol. 849 p. 228. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=2022397&tipo=51&nreg=200500854643&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20060327&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

TARTUCE, Flávio Manual de direito civil: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

TARTUCE, Flávio. Novos princípios do Direito de Família brasileiro. 2006. Disponível em: <<http://ambitojuridico.com.br>> . Acesso em: 1 abr. 2018.

TJPR – CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1740445-6 – Processo Originário nº 0003797-59.2015.8.16.0188. Relator: Alexandre Barbosa Fabiani. Data de Julgamento: 17/05/2018. 8ª Câmara Cível. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/)> Acesso em: 12 jun. 2018.

TJRJ - APL: 00199738320098190045 RJ 0019973-83.2009.8.19.0045, Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, Data de Julgamento: 26/02/2013, PRIMEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 19/04/2013. Disponível em: <[www1.tjrj.jus.br](http://www1.tjrj.jus.br)>. Acesso em 12 jun 2018.

TJSC - AC: 20140047599 SC 2014.004759-9 (Acórdão), Relator: João Batista Góes Ulysséa, Data de Julgamento: 25/06/2014, Segunda Câmara de Direito Civil. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/)> Acesso em: 12 jun. 2018.

TJSP - APL: 10070948920158260152 SP 1007094-89.2015.8.26.0152, Relator: Pedro de Alcântara da Silva Leme Filho, Data de Julgamento: 08/02/2017, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/02/2017. Disponível em: < [www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/](http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/)> Acesso em: 12 jun. 2018.

TOALDO, Adriane Medianeira; MACHADO, Hilza Reis. Abandono afetivo do idoso pelos familiares: indenização por danos morais. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11310&revista\\_caderno=14%3E](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310&revista_caderno=14%3E)>. Acesso em: 10 jun 2018.

UCHÔA, Elizabeth. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, 2003.

UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A.L. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. Revista A Terceira Idade. São Paulo: SESC – GETI, v. 16, nº 33, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. v.4, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEGAS, C M A R; BARROS, M F. Abandono afetivo inverso : o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. Edição Digital, Porto Alegre, Volume XI, Número 3, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/66610>>. Acesso em: 25 maio de 2018.